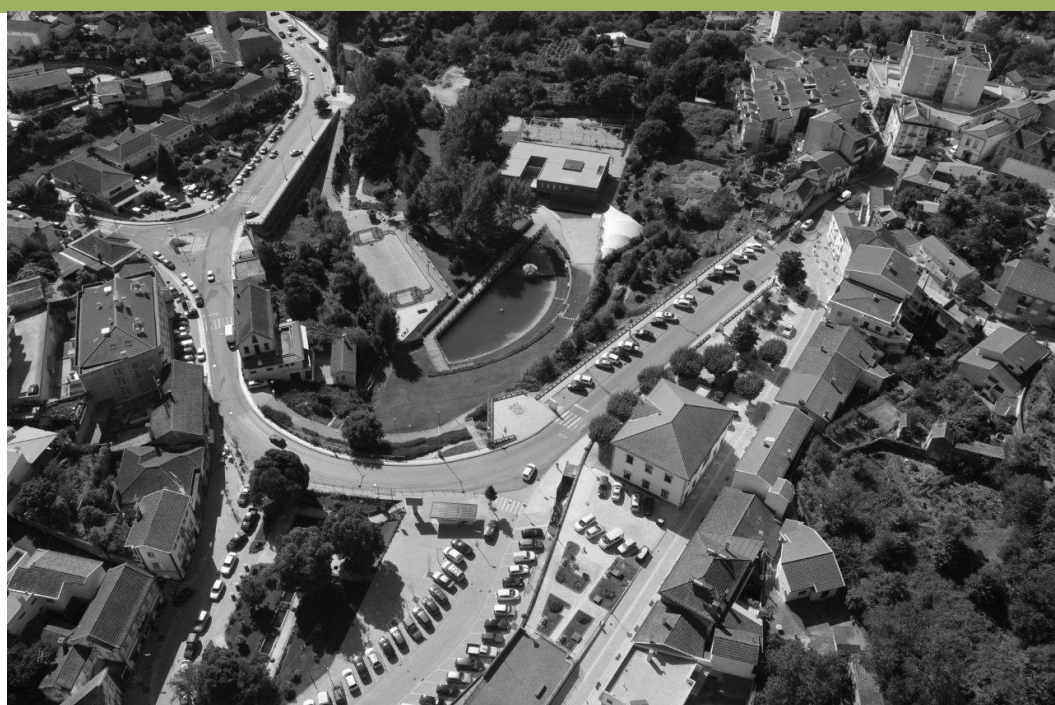


2021

Orçamento Municipal



Município de
**SEVER DO
VOUGA**

2ª Proposta

Índice

1.	Introdução.....	5
1.1.	Enquadramento normativo	5
1.2.	Enquadramento geral.....	6
1.3.	Normas de execução orçamental e responsabilidades contingentes.....	6
1.4.	Princípios orientadores	6
1.5.	Estrutura do orçamento.....	7
1.6.	Apresentação geral do orçamento.....	8
1.7.	Orçamento da Assembleia Municipal.....	13
1.8.	Freguesias	13
1.8.1.	Gestão e manutenção de espaços verdes	14
1.8.2.	Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros	15
1.8.3.	Realização de pequenas reparações, bem como, a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico	15
1.8.4.	Regulamento de apoios às freguesias	16
1.9.	Entidades participadas	16
1.10.	Orçamento participativo	16
1.11.	Assembleia Jovem	17
1.12.	Juventude	17
2.	Orçamento da Receita.....	29
2.1.	Receitas Correntes	30
2.2.	Receitas de Capital e Outras Receitas	32

2.3.	Conclusões.....	34
3.	Orçamento da Despesa	35
3.1.	Despesas Correntes.....	36
3.1.1.	Despesas com Pessoal	37
3.1.2.	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	38
3.1.3.	Encargos Correntes da Dívida	41
3.1.4.	Transferências Correntes	41
3.1.5.	Outras Despesas Correntes	44
3.2.	Despesas de Capital	45
3.2.1.	Aquisição de bens de capital	46
3.2.2.	Transferências de Capital	58
3.2.3.	Ativos financeiros.....	59
3.2.4.	Passivos financeiros.....	60
3.3.	Conclusões.....	60
4.	Proposta	63

1. Introdução

1.1. Enquadramento normativo

Para cumprimento do que dispõe a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados o presente documento e as peças anexas, que no seu conjunto, constituem os documentos previsionais para o ano de 2021.

Esse documento foi elaborado tendo por norma base o SNC-AP, regulamentado através dos diplomas que se seguem:

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP)
- Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro (que veio alterar o DL 192/2015)
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas do Plano de Contas)

No ano de 2020, foi implementado o SNC-AP, sendo este o primeiro Orçamento elaborado com base nessa norma, sendo que, quanto às regras previsionais, se mantêm as mesmas como se refere em baixo.

De acordo com o previsto no ponto 46 do SNC-AP, os documentos previsionais compreendem:

- O orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual;
- O plano plurianual de investimentos;

Para a sua elaboração, seguiram-se todas as regras previsionais enumeradas no ponto 3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro; pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril; e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro), que aprovou o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Neste documento foi incluído um conjunto de informação com vista a darmos cumprimento às normas aprovadas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no Capítulo V – Regras Orçamentais, onde foram definidos vários princípios e elementos que devem constar nos documentos previsionais, destacando-se o relatório que contenha

a apresentação da política orçamental proposta, com a descrição das responsabilidades contingentes e o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental, cujo documento constará em apenso e se denominará “Regulamento Municipal para a Execução Orçamental”.

1.2. Enquadramento geral

Os documentos previsionais, agora, apresentados, foram organizados atendendo ao que se encontra estabelecido no ponto 46 da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental - do anexo II a que se refere o art.º 2º do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e, art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente através da elaboração do orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual, mais o plano plurianual de investimentos, compreendendo um vasto conjunto de documentos.

Os documentos elaborados já vão ao encontro do pretendido nos artigos 41.º e 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual refere a elaboração do "Quadro Plurianual de Programação Orçamental" (ou Quadro Plurianual Municipal). Contudo, continua-se à espera da regulamentação referida naquela norma.

O parágrafo 46 do ponto 11 da NCP26, anexa ao SNC-AP obriga à realização de demonstrações previsionais, mais concretamente, o orçamento enquadrado num plano plurianual municipal, o que veio a ser executado, pela primeira vez, neste ano.

1.3. Normas de execução orçamental e responsabilidades contingentes

O artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, obriga à inclusão do articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental e a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Para esse efeito elaboramos dois documentos que se juntam como anexos.

1.4. Princípios orientadores

A proposta de orçamento do Município de Sever do Vouga para o ano de 2021, tem em conta as prioridades do atual executivo e que se resume no seguinte planeamento estratégico e orientações estratégicas:

- Visão: Ser reconhecido como um Município atrativo, acolhedor, inclusivo, dinâmico, inovador e economicamente sustentável.
- Missão: Prestação de um serviço público de qualidade às populações, de acordo com as atribuições e competências da autarquia.

As orientações estratégicas (OE) que lhes estão subjacentes são os seguintes:

- OE1. Promover o desenvolvimento cultural
- OE2. Desenvolver a atividade turística
- OE3. Promover o desenvolvimento socioeconómico do concelho
- OE4. Melhorar a qualidade de vida dos munícipes
- OE5. Assegurar a sustentabilidade ambiental
- OE6. Melhorar a eficácia e eficiência dos serviços

1.5. Estrutura do orçamento

A estrutura do orçamento é idêntica à dos últimos anos, pelo que obedecerá à seguinte decomposição:

- 0101 – Assembleia Municipal
- 0102 – Câmara Municipal

Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos responsáveis pela execução do orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.

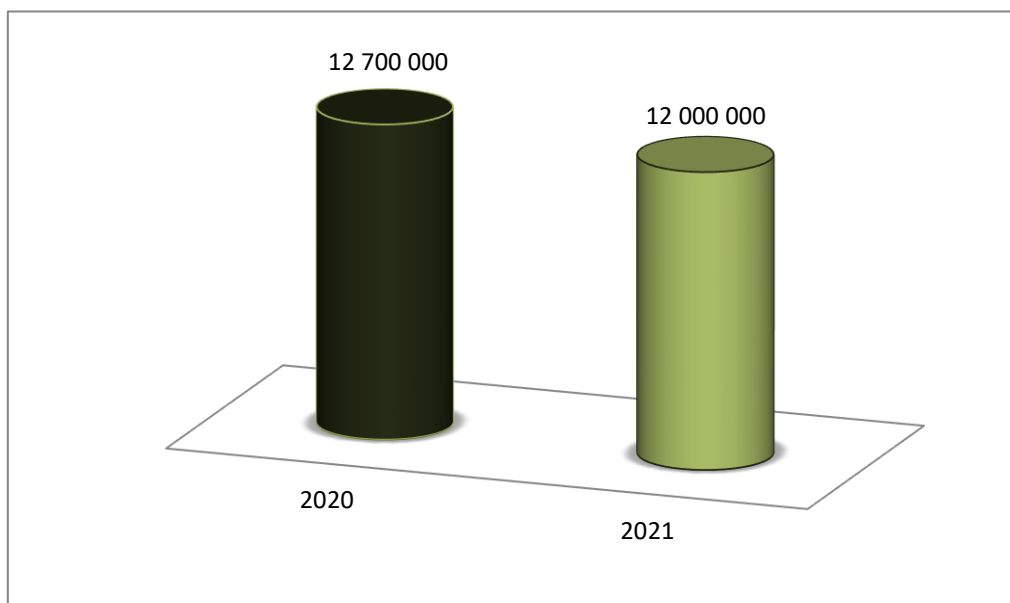
Para efeitos de controlo do orçamento, será determinante a função das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança dos anos anteriores, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) o Plano das Atividades Municipais (PAM).

1.6. Apresentação geral do orçamento

A elaboração do Orçamento Municipal iniciou-se com o cálculo dos recursos – Orçamento da Receita – determinados com base nas regras previsionais estabelecidas, resumidos em dois documentos para uma análise mais rápida – “Resumo do Orçamento” e “Resumo das Receitas e das Despesas”.

Determinados os recursos previstos, partimos para a sua afetação nos encargos necessários à prossecução dos objetivos da entidade (atribuições), mediante as despesas de funcionamento (Despesas Correntes) e despesas de investimento (Despesas de Capital).

Gráfico 1 – Orçamento global de 2020 e 2021, em euros



As receitas previstas para o ano económico de 2021, totalizam em euros 12 000 000, com uma diminuição de euros 700 000 em relação ao orçamento inicial e um aumento de euros 1 064 591,96 em relação ao orçamento corrigido, determinadas na data de elaboração deste documento, que foi de 30 de setembro.

Nessa data, a receita arrecadada era de euros 7 255 098,96, mais euros 388 988,88 ou 5,36% do que no período homólogo, onde a receita arrecadada foi de euros 6 866 109,58, com uma diminuição de euros 22 556,04 nas receitas correntes e um aumento de euros 447 506,62 nas receitas de capital. As receitas de capital a receber de transferências do

atual quadro comunitário, continuam com valores muito inferiores ao desejado, voltando a condicionar o investimento.

Apesar de uma variação aceitável e positiva, devemos proceder com algumas cautelas na previsão do próximo ano económico, como já feito em anos anteriores pois continuamos, com as decisões tomadas no âmbito dos impostos municipais, com dados que apontam para uma contração nas receitas. Em relação aos fundos comunitários continuamos a aguardar pelo encerramento do quadro de financiamento (QREN 2007-2013) e um maior incremento do novo (Portugal 2020) que começou com o pacto aprovado, proporcionando o financiamento do Centro Escolar de Sever do Vouga e um projeto de eficiência energética: “Requalificação das Piscinas Municipais”. Outras candidaturas já foram aprovadas como é o caso do projeto Naturvouga e da operação dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) com quatro projetos individuais, encontrando-se submetido, aprovado e com execução em dois projetos denominados “Qualificação do Espaço Público – 1.ª Fase (concluído) e 2ª Fase (em execução)”. Para os restantes dois projetos da PARU – “Requalificação da frente ribeirinha da ribeira de Pessegueiro” e “Reabilitação e qualificação do Largo de São Mateus” – já foram elaboradas as respetivas candidaturas, que foram submetidas, esperando-se o seu lançamento no próximo ano económico.

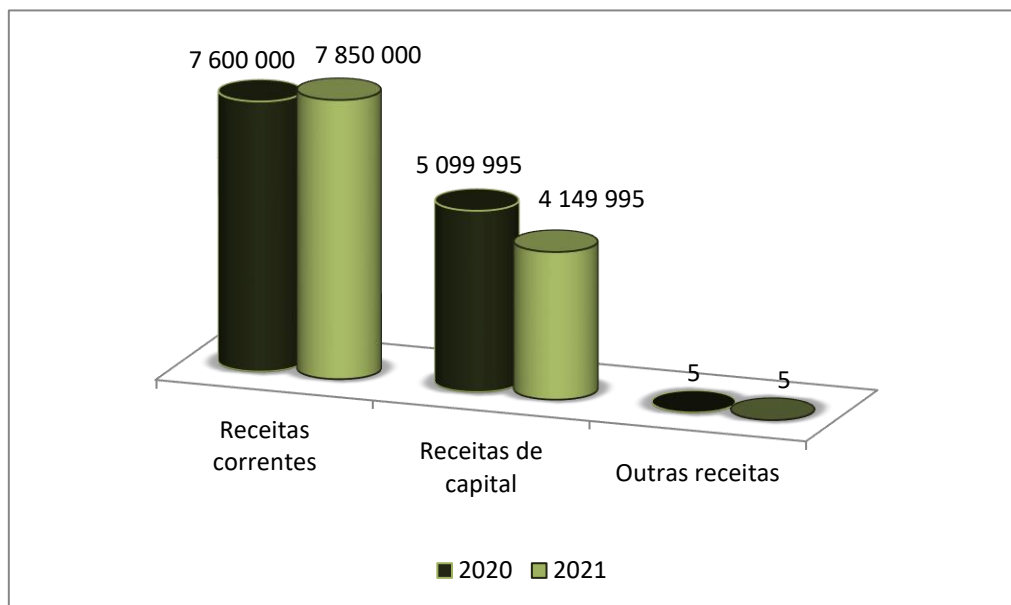
Receita Bruta a 30/09	Corrente	Capital	Outras Receitas	Soma
2020	5 762 651,77	1 492 446,69	0,00	7 255 098,46
2019	5 785 207,81	1 044 941,07	35 960,70	6 866 109,58
Varição	-22 556,04	447 505,62	-35 960,70	388 988,88
%	-0,39%	29,98%	-100,00%	5,36%

A receita corrente arrecadada, em 30 de setembro, ascendia a euros 5 762 651,77, quando no período homólogo de 2019 era de euros 5 785 207,81, com uma redução de euros 22 556,04, traduzindo-se numa variação negativa de 0,39%.

Em termos de receitas de capital, a execução na mesma data, apresentava euros 1 492 446,69, contra euros 1 044 941,07, em relação ao período homólogo de 2019, com um aumento de euros 447 505,62, positivo, que permitiu um ligeiro aumento da despesa desta natureza.

Assim, pela aplicação das regras previsionais, em comparação com o orçamento inicial, aumentaram-se as receitas correntes em euros 250 000 e diminuíram-se as receitas de capital em euros 950 000.

Gráfico 2 – Orçamento da receita por tipo de 2020 e 2021, em euros



Os dados apresentados continuam a obrigar à contenção nas despesas e, quanto a investimentos, foram lançadas várias empreitadas nas freguesias, em parte, de acordo com a vontade dos presidentes de juntas de freguesia e, por outro lado, em conformidade com o compromisso traçado pelo atual executivo. Sendo certo que o mesmo, mantém o mesmo objetivo traçado em anos anteriores, no sentido de conter-se nalguns gastos, mas sem descuidar um aspeto importante, que é o de manter um nível de investimento interessante onde os retornos serão futuros e manter ou procurar aumentar o apoio às famílias com o objetivo de se conseguir um maior equilíbrio social.

O executivo estará atento e continuará a trabalhar no sentido de obter o maior número de recursos financeiros nos diversos programas, para isso, mantêm-se a análise às necessidades de investimento, a elaboração de projetos e a organização de processos com vista à apresentação de candidaturas.

Para a área cultural e de turismo, foram elaboradas e submetidas candidaturas ao Programa 2020, com vista a serem realizados os seguintes projetos ou ações, em parceria com outras entidades:

- **3 Territórios, 1 Rio que nos Une** - Recriação de costumes culturais e desportivos associados ao Rio Vouga;
- **(RE)VIVE & FICA - SEMA + 5 Câmaras Municipais em Rede "Património Imaterial "** - Divulgação da Literatura, Escultura, Cultura, Música, Arte Contemporânea e Gastronomia, pelos cinco municípios da rede intercultural (ligados à SEMA);
- **Nature Storytelling at Sever do Vouga** - Ex-linha dos vagonetes das Minas do Braçal;
- **Projeto SustentArte - Valorização do património natural, cultural e tradicional de Sever do Vouga** - A criar na zona sul do Parque Urbano;
- **Projeto DgArtes: Conneting Dots Mobilidade Artística e Desenvolvimento Públicos** - Apoio à pesquisa de campo necessária para localizar, contactar e convidar à participação da comunidade; em infraestruturas municipais para o acolhimento das residências artísticas;
- **Praças das Cidades Circulares InC2 In Nacional Cidades Circulares/ Economia Circular** - Manifestação de interesse na integração da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2), através de seleção dos 4 temas prioritários: Sever do Vouga - Economia urbana para a circularidade; e Relações urbano-rurais.

No âmbito da Ação Social, foram elaboradas e submetidas candidaturas ao Portugal 2020, para as seguintes ações: **“Sever + igual”** (aos Planos Municipais para a Igualdade de Género); **Estratégia Local da Habitação**; e ao **“Observatório para as autarquias familiarmente responsáveis”**.

Continuação do apoio à execução do Plano de Desenvolvimento Social –CLDS, com a equipa já instalada em edifício municipal incidindo a sua atuação na intervenção comunitária, principalmente na população idosa.

Vamos agora resumir os recursos e as despesas previstas por cada rubrica de classificação económica, evidenciando-as no:

Quadro 1 - Resumo do orçamento de 2021, em euros

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.850.000,00	Correntes	7.500.000,00
De capital	4.149.995,00	De capital	4.500.000,00
Outras	5,00		
Total	12.000.000,00	Total	12.000.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	12.000.000,00	Total Geral	12.000.000,00

Quadro 2 - Resumo das receitas e despesas de 2021, em euros

R E C E I T A S	MONTANTE	%	D E S P E S A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos directos	1.549.180,00	12.9	01 Despesas com o pessoal	2.641.570,00	22.0
02 Impostos indirectos			02 Aquisição de bens e serviços	3.758.245,00	31.3
04 Taxas, multas e outras penalidades	116.575,00	1.0	03 Juros e outros encargos	28.545,00	0.2
05 Rendimentos da propriedade	405,00	0.0	04 Transferências correntes	1.036.030,00	8.6
06 Transferências correntes	5.432.755,00	45.3	05 Subsídios		
07 Venda de bens e serviços correntes	672.030,00	5.6	06 Outras despesas correntes	35.610,00	0.3
08 Outras receitas correntes	79.055,00	0.7			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.850.000,00	65.4	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	7.500.000,00	62.5
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de bens de investimento	9.170,00	0.1	07 Aquisição de bens de capital	3.962.755,00	33.0
10 Transferências de capital	3.140.520,00	26.2	08 Transferências de capital	375.230,00	3.1
11 Activos financeiros	225,00	0.0	09 Activos financeiros	5,00	0.0
12 Passivos financeiros	1.000.065,00	8.3	10 Passivos financeiros	157.000,00	1.3
13 Outras receitas de capital	15,00	0.0	11 Outras despesas de capital	5.010,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.149.995,00	34.6	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.500.000,00	37.5
OUTRAS RECEITAS			TOTAL GERAL	12.000.000,00	100.0
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	0.0			
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00	0.0			
TOTAL GERAL	12.000.000,00	100.0			

1.7. Orçamento da Assembleia Municipal

Quadro 3 - Orçamento da assembleia municipal de 2021, em euros

Classificação Económica		2021
0102	Abonos variáveis ou eventuais	21 000,00
010204	Ajudas de custo	6 000
01021302	Outros suplementos e prémios - outros	15 000
0201	Aquisição de bens	3 000,00
020108	Material de escritório	5
020115	Prémios, condecorações e ofertas	1 995
020118	Livros e documentação técnica	500
02012109	Bens não duradouros - outros bens	500
0202	Aquisição de serviços	2 000,00
020211	Representação dos serviços	1 495
020213	Deslocações e estadas	500
020217	Publicidade	5
Totais		26 000,00

O orçamento da Assembleia Municipal, embora com valores iguais às dotações do ano passado, estará sujeito também às alterações orçamentais, com reforços ou anulações, em função das despesas que venham a ser necessárias assumir ao longo do ano económico.

A atual situação de pandemia provocada pela doença Covid-19, obrigou ao adiamento da pretensão na condecoração dos presidentes de Junta de Freguesia eleitos após o 25 de abril de 1974, que não se encontrem no exercício de funções. No entanto, manter-se-á a mesma vontade, caso as condições o permitam, para a realização dessa cerimónia.

1.8. Freguesias

O executivo municipal, nesta segunda proposta do Orçamento Municipal para 2021, seguindo a vontade manifestada por alguns presidentes das Junta de Freguesia, veio acrescentar o compromisso de negociação da transferência de competências, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, com a inclusão da dotação não definida, para reforço na primeira revisão, após a aprovação do saldo da gerência, com efeitos reportados a 01/01/2021.

Nos pontos seguintes, apresentam-se as compensações por competência a transferir, sendo necessário antes da sua aprovação nos órgãos municipais, que sejam aceites pelos órgãos colegiais das freguesias e formalizadas através de contratos interadministrativos.

Este processo também incluirá a revisão do contrato celebrado com a Freguesia de Talhadas.

1.8.1. Gestão e manutenção de espaços verdes

Apresentar-se-ão os valores previstos, podendo sofrer ajustamentos durante o processo de negociação com as freguesias.

Freguesia	Compensação proposta	
	Mensal	Anual
União das Freguesias de Cedrim e Paradela	450,00	5 400,00
União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas	780,00	9 360,00
Freguesia de Couto de Esteves	210,00	2 520,00
Freguesia de Pessegueiro do Vouga	540,00	6 480,00
Freguesia de Rocas do Vouga	270,00	3 240,00
Freguesia de Sever do Vouga	270,00	3 240,00
Freguesia de Talhadas	360,00	4 320,00
Soma da compensação - Espaços Públicos, Jardins e Mobiliário Urbano		34 560,00

Aos valores acima indicados, acrescem aqueles que foram definidos para a limpeza de trilhos dos percursos pedestres (PR's).

Freguesia	Percurso Pedestre	Distância (ml)	Compensação Anual
União das Freguesias de Cedrim e Paradela	PR4 + PR 9	15 740	11 805,00
União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas	PR1 + PR2	31 400	23 550,00
Freguesia de Couto de Esteves	PR6+PR7+PR8	24 450	18 337,50
Freguesia de Pessegueiro do Vouga	PR3	5 000	3 750,00
Freguesia de Rocas do Vouga	PR10	11 400	8 550,00
Freguesia de Sever do Vouga			
Freguesia de Talhadas	PR5	9 000	6 750,00
Soma da compensação - Limpeza dos Percursos Pedestres		96 990	72 742,50

1.8.2. Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

Na sequência das opiniões recolhidas aumenta-se para quase o dobro o valor a pagar por metro linear, o qual passará de € 0,25, para € 0,40/ml, tendo sido já realizada uma atualização no total dos metros de caminhos e estradas das freguesias e promover-se-á o pedido de apoio às freguesias para fazerem a revisão dos valores até meados de janeiro próximo.

Freguesia	Compensação anterior	Caminhos Iniciais (ml)	Caminhos Atuais (ml)	Compensação 2021
União das Freguesias de Cedrim e Paradela	28 115,15	56 230,30	64 548,06	51 638,45
União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas	33 657,68	67 315,35	114 360,92	91 488,74
Freguesia de Couto de Esteves	24 367,44	48 734,88	59 229,96	47 383,97
Freguesia de Pessegueiro do Vouga	21 800,83	43 601,65	48 470,60	38 776,48
Freguesia de Rocas do Vouga	26 512,32	53 024,65	93 871,87	75 097,50
Freguesia de Sever do Vouga	21 641,04	51 132,08	52 189,24	41 751,39
Freguesia de Talhadas	39 759,69	79 518,39	71 231,28	56 985,02
Soma da compensação - Limpeza de vias	195 854,15			403 121,54

1.8.3. Realização de pequenas reparações, bem como, a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

Freguesia	Local do edifício	Compensação	
		Mensal	Anual
União das Freguesias de Cedrim e Paradela	Cedrim	450,00	5 400,00
	Eiras		
União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas	Vala	210,00	2 520,00
Freguesia de Rocas do Vouga	RV CE	315,00	3 780,00
	RV JI		
Freguesia de Sever do Vouga	Senhorinha	560,00	8 820,00
	Sobreiral	175,00	
Freguesia de Talhadas	T CE	420,00	5 040,00
	T JI		
Soma da compensação - Edifícios Escolares			25 560,00

A soma das compensações a pagar pelo município, caso os órgãos das freguesias venham a aceitar os valores propostos, ascenderão a euros 535 984,04 (não sujeitos a qualquer verificação ou validação por parte dos serviços do município e do executivo).

Freguesia	Valor total
União das Freguesias de Cedrim e Paradela	74 243,45
União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas	126 918,74
Freguesia de Couto de Esteves	68 241,47
Freguesia de Pessegueiro do Vouga	49 006,48
Freguesia de Rocas do Vouga	90 667,50
Freguesia de Sever do Vouga	53 811,39
Freguesia de Talhadas	73 095,02
Total das compensações	535 984,04

1.8.4. Regulamento de apoios às freguesias

Seguindo as propostas apresentadas, propõem-se o aumento dos apoios ao investimento de € 25 000 para € 60 000, bem como, a alteração ao regulamento, conforme documento que se junta aos documentos do orçamento.

1.9. Entidades participadas

Entidades	Tipo	NIPC	% Participação
ERSUC - Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.	Partes de capital	503004405	0,627%
Adra - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Partes de capital	509107630	0,049%
Funos de Apoio Municipal	Títulos de participação	513319182	0,070%

1.10. Orçamento participativo

Procedimento iniciado no ano de 2017, contou com três anos de experiência e ainda com alguns ajustamentos que terão de ser feitos às normas de participação, com o objetivo de envolver a população do concelho nas atividades da autarquia.

Em 2020, devido à situação de pandemia já referida antes, por uma questão de proteção das pessoas, não se realizou este procedimento, esperando-se poder ser feito no ano de 2021.

Seguidamente, apresentam-se os projetos aprovados nos anos anteriores e informação sobre a sua concretização.

Ano	Projeto	Valor Inv.	Estado execução
2017	Escarpas do Gresso	24 747	Executado
	Ponto i - Sever incluí	3 600	Executado
	Melhoramento do abrigo dos animais	21 653	Executado
2018	Requalificação do ringue desportivo de Pessegueiro do Vouga	20 736	Executado
	Combate à vespa velutina ou asiática	5 750	Em processo de aquisição
	Os caminhos da água	22 514	Em execução
2019	Vilarinhos Board Walk	18 450	Com contrato
	Um ponto de observação no sítio do Gresso	21 900	Com contrato

Durante o ano de 2021, continuaremos a promover a revisão de todo o processo, bem como o lançamento de novo concurso, com reforço dos investimentos que poderão ser realizados ao abrigo desta iniciativa, que procura acolher as opiniões dos Severenses, quanto às necessidades e alocação dos recursos da autarquia.

1.11. Assembleia Jovem

Depois de constituído o Conselho Municipal da Juventude, pretende-se que aquele órgão possa contribuir com a constituição de uma Assembleia de Jovens, para o qual seria necessária a elaboração do regulamento, a sua constituição e a organização de sessões, com a participação de jovens, como de um órgão deliberativo se tratasse, por forma a motivar e aproximar os jovens a uma participação cívica e política.

Deverá ser concretizada a criação da Assembleia de Jovens que promova a participação dos jovens em sessões e a partilha de ideia da autarquia com os órgãos legais.

No entanto, devido à situação epidemiológica atual, ficará esta ação suspensa até que haja condições para a sua concretização, esperando-se que em 2021 se consiga realizar.

1.12. Juventude

1.12.1 Introdução e enquadramento

Conforme previsto no regimento e na legislação de base, após a aprovação dos documentos previsionais pela Câmara Municipal, os mesmos serão enviados ao Conselho Municipal da Juventude, para efeitos de emissão do parecer obrigatório, não vinculativo, sobre o Orçamento Municipal (art.º 7º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro).

O parecer referido no parágrafo anterior, oportunamente, e após a sua emissão, será apenso a estes documentos previsionais.

É nossa intenção criar também a Agenda Jovem e o Cartão Jovem Severense, que permitirá aos jovens, vantagens no acesso e utilização de instalações, atividades culturais, transportes e outros.

Foi criada dotação para a realização do Plano Municipal da Juventude. No entanto, para a sua elaboração, também poder-se-á contar com a constituição de uma comissão de jovens, com membros pertencentes à atual Comissão Municipal da Juventude, mais a integração de outros jovens que pretendam juntar-se aos membros, com vista à realização desse documento, que poderá conter as “Linhas de orientação da política para a juventude”, que a seguir se apresentam.

1.12.2 Linhas de orientação da política para a juventude

1.12.2.1 Educação e formação

A educação é um direito fundamental que funciona como um elevador social, pois a sabedoria é o pilar crucial que esbate as desigualdades sociais. Investir na educação e formação é, por isso, fundamental, desde logo através de algumas medidas:

- Cumprimento da Carta Educativa;
- Prevenção do abandono escolar;
- Incentivo e apoio à frequência no ensino superior, através da organização de uma **“Feira de Oportunidades”** anual, em parceria com as diversas instituições de Ensino Superior que se queiram associar, para divulgar junto dos alunos do ensino secundário a oferta de cursos superiores, tecnológicos ou profissionais no país. Esta feira deve ser orientada em dois sentidos:
 - **“Jovens estudantes, que caminho académico? Quais as ofertas?”**; e
 - **“Jovens trabalhadores, que carreira profissional? Quais as oportunidades do mercado laboral local?”**:

- Divulgação e reforço de Programas e Bolsas, locais e nacionais, existentes para apoiar os jovens no acesso ao Ensino Superior e/ou Universidades de Verão;
- Fomento da aprendizagem fora da escola, para alunos e ex-alunos, através de **formações/workshops/oficinas/seminários** promovidos pelo município sazonalmente, para motivar o desenvolvimento de diferentes competências ao longo da vida;
- Cumprimento dos princípios da “Carta das Cidades Educadoras” e criação de mais parcerias municipais e intermunicipais no âmbito da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

1.12.2.2 Emprego e empreendedorismo

Os jovens adultos de hoje anseiam pela sua verdadeira emancipação. Essa só é possível quando, com a formação e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de ensino, conseguem, no mercado laboral, mostrar o seu potencial criativo e profissional. Neste sentido, o município deve promover e incentivar o emprego e o empreendedorismo jovem, bem como criar oportunidades locais, para que os jovens não sejam obrigados a deslocar-se para as grandes cidades, com as quais não têm ligação. Isso só será possível através de meios como:

- Criação da supramencionada “**Feira de Oportunidades**”, na vertente “**Jovens trabalhadores, que carreira profissional? Quais as oportunidades do mercado laboral local?**”, que funcionará como uma verdadeira feira de emprego em parceria com instituições e empresas locais e distritais.
- Criação, no site do município, de uma espécie de “**JobShop**”, onde as entidades empregadoras do concelho e concelhos vizinhos poderão colocar ofertas de emprego/estágios profissionais;
- Desenvolvimento de um **Programa de Estágios** com entidades e empresas locais, de modo a que os jovens tenham contacto direto com o mercado laboral e adquiram experiência profissional, de forma a aperfeiçoar a interligação escola-mercado de trabalho, acompanhando os jovens no primeiro emprego;

- **Garantir a adequação da oferta educativa aos interesses dos jovens e às necessidades de mercado**, analisando as vagas compatíveis face às capacidades individuais e conhecimento que adquirem nos anos escolares no concelho;
- Em parceria com o Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga (AESV) fazer um **diagnóstico continuado dos anseios de futuro e de realização pessoal dos jovens**, através de inquéritos;
- Continuar a lançar programas que impulsionem o **Empreendedorismo Jovem**, em parceria com o VougaPark e outras entidades associadas (como é exemplo o recente programa da ADRIMAG);
- Divulgar aos jovens **programas e associações que os ajudam a implementar ideias de projetos/negócios** seus e encaminhá-los para a Incubadora de Empresas do VougaPark, onde poderão obter acompanhamento especializado;
- Criar um programa de Estágios de Verão para Jovens, em que as entidades/empresas estejam disponíveis em recebê-los, de forma gratuita, para que possam experimentar a realidade do trabalho, enriquecendo os seus currículos individuais, e para que as empresas ponderem a abertura de vagas de emprego a tempo total ou parcial.
- Melhorar e diversificar a oferta de Atividades Extracurriculares (AEC), respondendo às necessidades e interesses dos jovens, voltando-as para o futuro introduzindo, por exemplo, opções como as existentes em concelhos vizinhos: robótica e programação adaptadas a crianças.

1.12.2.3 Habitação

Promover estilos de vida autónomos passa, em grande medida, pela área da habitação aliada a boas oportunidades de emprego, facilitando a independência plena dos jovens. Urge, por isso, criar condições dignas de habitação jovem, essenciais à fixação de jovens no concelho, nomeadamente:

- Avaliar a hipótese de **reabilitar edifícios municípios antigos/devolutos**, que não tenham sido afetos à atividade de nenhuma associação concelhia, **para habitação jovem, aplicando rendas baixas**;
- **Continuar o Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas (PARHD)**, para garantir que os jovens oriundos de famílias carenciadas tenham condições de habitação condignas;
- Divulgar localmente **programas de Reabilitação ARU – Áreas de Reabilitação Urbana** e outros de revitalização urbana que possam interessar a jovens adultos, disponíveis no Portal da Habitação;
- Divulgar o Programa - Porta 65 Jovem, também do Portal da Habitação, que funciona como apoio financeiro aos jovens arrendatários.

1.12.2.4 Cultura, Desporto e Lazer

A irreverência é a característica que marca a juventude. Esta exprime-se no desenvolvimento da sua capacidade de inovação e no processo criativo individual e coletivo (seja no âmbito das artes ou do desporto), mas também no convívio em grupo inerente à sua essência. Assim sendo, é necessário:

- Modernizar os equipamentos culturais e melhorar os meios de divulgação de atividades na área da cultura, desporto e lazer;
- **Adequação da programação** à faixa etária 14-30, criando novas vertentes e respostas, que corresponda aos interesses juvenis;
- Criar a “**Agenda Jovem**”, que seja divulgada não só no site, mas também através de um APP do município, que contenha toda a oferta de atividades/eventos a realizar, sejam eles culturais, sociais, ambientais, desportivos, artísticos ou até roteiros virtuais;
- **Apoiar e divulgar as Associações concelhias que se dedicam a atividades culturais e desportivas**, promovendo a participação ativa dos jovens;

- Criação do “**Cartão Jovem Severense**”, que inclua ingressos gratuitos para museus locais e regionais, descontos na utilização do “SeverIn”, na fruição das piscinas municipais e de espetáculos culturais e exposições no Centro das Artes e do Espetáculo (CAE), bem como englobe o que atualmente permite fazer o cartão de utilizador da Biblioteca Municipal (requisitar livros, CDs, DVDs, ...). Só assim será possível desburocratizar o acesso a serviços, aproximando os jovens dos meios disponibilizados pelo município;
- **Alargar a coleção de livros juvenis disponíveis na Biblioteca Municipal**, bem como **a coleção de CDs e DVDs**;
- **Alargar o funcionamento da rede pública de Wi-Fi às freguesias**, para esbater desigualdades entre os jovens que vivem na vila e os que vivem nas restantes freguesias;
- **Criar uma rota de transporte para a praia fluvial**, no verão, por exemplo, através do “SeverIn”;
- **Criar uma rota de transporte noturno**, para que os jovens que frequentam e convivem nos bares da vila, no período noturno, possam chegar a casa em segurança, sem conduzirem sob a influência de álcool;
- Desenvolver concursos para jovens com o intuito de demonstrar os diversos talentos da região;
- Programação de “**Cultura Drive-In**” (concertos, filmes ou teatros).

1.12.2.5 Cidadania e associativismo

Incentivar a participação pública e a partilha de ideias junto de decisores políticos e dirigentes, bem como promover o trabalho corporativo e associativo é essencial para aproximar gerações e valorizar a participação juvenil na comunidade, dando aos jovens voz e responsabilidade na execução e concretização de projetos. Nesse sentido urge:

- Promover o associativismo juvenil;
- Promover o voluntariado em parceria com entidades locais e regionais;

- Promover a participação jovem em sessões não formais de partilha de ideias com dirigentes políticos, por exemplo, através da criação anual de uma “**Assembleia Geral Jovem**”;
- Incentivo à participação em eleições e outras formas de participação pública;
- Valorizar a participação juvenil na comunidade, criando condições para que os jovens sejam responsáveis pela execução e concretização de projetos comunitários;
- **Assinalar datas que são as causas de uma geração**, como por exemplo, o dia do estudante, o dia do ambiente, o dia mundial para a igualdade, entre outros;
- Prestar **apoio técnico atento e continuado às associações existentes**, formando jovens líderes;
- Criar um **Orçamento Participativo Jovem Municipal**, direcionado apenas para os jovens, para que possam ter a oportunidade de dar solução/ideias em necessidades com que se identifiquem e pretendam ver satisfeitas, dando-lhes autonomia e capacidade de autopropostas;
- **Divulgar e Estimular a participação em Orçamentos Participativos nacionais**: Orçamento Participativo Jovem Portugal (para jovens entre os 14 e os 30 anos) e o Orçamento Participativo Portugal (para maiores de 18 anos);
- **Divulgar o Conselho Municipal de Juventude** através de ações na escola e dinamizá-lo de modo a fomentar maior participação dos jovens;
- Criar uma **Feira de Associações e Voluntariado**, com as instituições do concelho, de modo a dar a conhecer aos jovens associações, de cariz cultural/desportivo/ambiental/solidário, em que se possam inscrever e participar, dando o seu contributo;
- **Promover mais ações de solidariedade**, como: Cabazes de Natal, Banco Alimentar, Recolha de Brinquedos Solidários e Banco de Voluntariado para as IPSS;

- **Apoiar o Associativismo Juvenil e Equiparado a Juvenil do concelho**, mesmo quando não inscrito no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);
- **Divulgar o Programa de Apoio Juvenil**, do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), que financia Associações Juvenis e Grupos Informais de Jovens;
- Iniciativas de promoção de sociedades pacíficas, não violentas e respeitadoras das liberdades e garantias;
- Prevenção da exclusão social, racismo, xenofobia, homofobia, transfobia, interfobia, sexismo e outras formas de discriminação;
- Promover e sensibilizar os cidadãos para uma vida em segurança, em parceria com a Escola Segura da Guarda Nacional Republicana, com a Proteção Civil e outros agentes de segurança.

1.12.2.6 Ambiente e desenvolvimento sustentável

Proteger o ambiente é uma das causas que marca as gerações jovens, que querem assegurar um “amanhã” sustentável para todos. A promoção de estilos de vida que tenham em conta as necessidades de sustentabilidade do planeta e do território são, por isso, perentórias. É urgente o envolvimento da juventude na preservação da natureza, o apoio a medidas de proteção dos direitos dos animais e de informação sobre os deveres dos cidadãos nestas áreas. Desta forma, é necessário que o município:

- Contribua para a sustentabilidade, **manutenção e limpeza ativa do concelho**;
- Desenvolva **campanhas de sensibilização e consciencialização ambiental, estimulando a participação em associações que apoiam a sustentabilidade ambiental**, como é exemplo a Associação SeVerde;
- Reimplemente o **Programa Eco-Escolas** nos diferentes graus de ensino;
- Desenvolva **ações de informação à comunidade** e aos recursos humanos das escolas, nomeadamente no que respeita às alterações climáticas, ao consumo de água, aos 3R’s e à separação de resíduos;

- Divulgue junto da comunidade a **atividade e o âmbito de ação do Ecocentro**, bem como informe qual o destino que os municípios devem dar aos diferentes tipos de resíduos que ali são tratados (agrícolas, industriais, de construção, monstros metálicos, monstros não metálicos, equipamento elétrico e eletrónico, etc);
- Incentive, em parceria com o AESV, que os alunos visitem a **“Sala de Apoio à educação Ambiental” do Ecocentro**;
- Desenvolva **campanhas de sensibilização contra os maus tratos animais e de promoção da adoção responsável**, em parceria com a associação “Mimos e Tratos”;
- Realize outras ações de **voluntariado de índole ambiental**, para a manutenção e limpeza, bem como para a reflorestação e o bem-estar animal, em parceria, por exemplo, com a associação “SeVerde”.
- **Estimule no seio da autarquia, escolas e comunidade local a redução do consumo**, em particular **do uso excessivo dos plásticos, e invista em boas práticas ambientais**;
- Coloque **carregadores USB a energia solar**, no centro da vila e no centro das freguesias, para que numa era digital todos possam estar conectados de forma sustentável.

1.12.2.7 Desporto

O desporto assume um papel de relevo na vida da maioria dos jovens, cabe, por isso, ao município, sensibilizar para a importância de práticas desportivas sustentáveis e de natureza. Nesta linha, pugnar pela:

- Boa manutenção da EcoPista, Percursos Pedestres e Rotas turísticas;
- Organização de mais **torneios municipais**, em diferentes modalidades desportivas;

- Promoção, em parceria com o EcoCafé e com as associações desportivas e ambientais locais, iniciativas de incentivo à atividade física na EcoPista, por exemplo, através do **aluguer de bicicletas e patins**;
- Manutenção em bom estado de conservação e funcionamento dos espaços de desporto informal existentes no concelho e melhoramento dos Percursos Pedestres;
- **Construção de um parque de skate.**

1.12.2.8 Saúde e bem-estar

Com o objetivo de sensibilizar para a importância de estilos de vida ativamente saudáveis, salvaguardando o bem-estar da juventude, o município deve:

- Promover campanhas sobre nutrição/alimentação saudável, sexualidade, violência no namoro, consumo de substâncias nocivas e comportamentos aditivos (álcool, fármacos e outras drogas, jogo, outros);
- Reforçar o apoio psicológico infantil e juvenil, para que a saúde mental esteja ao alcance de todos;
- Desenvolver e divulgar iniciativas desportivas do Plano de Atividades da Câmara Municipal;
- Divulgar o programa “Noites Seguras”;
- Promover a intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza e a violência infantil, tendo em atenção o jovem enquanto vítima ou agressor;
- Desenvolver iniciativas que capacitem as jovens famílias para uma parentalidade positiva e responsável, através de uma “Escola de Pais”;
- Divulgar linhas telefónicas de apoio à juventude, como as de prevenção do suicídio, APAV, SOS Dependências, SOS estudante, etc.

1.12.2.9 Mobilidade

Quanto às acessibilidades, em articulação com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, reforçar, junto do Governo, a necessidade de isentar o pagamento de SCUTS que ligam os concelhos do interior às grandes cidades, sede de distrito e, ainda, a defesa de um regime de trabalho mais flexível e à distância, por exemplo, 2 dias por semana - contributo inegável da pandemia para provar ser possível ser produtivo, sem necessariamente nos deslocarmos. Só assim será possível fixar jovens nos concelhos do interior, onde a qualidade de vida é realmente superior e o custo da habitação mais acessível. Dentro deste tema é necessário:

- Melhorar os serviços de transportes públicos ao nível da região
- Melhorar e divulgar a oferta dos transportes públicos de ligação à sede de distrito - horários e percurso – para que os jovens universitários tenham uma alternativa que os permita, via transporte público, chegar à cidade onde estudam.

2. Orçamento da Receita

A previsão da receita vem descrita no Quadro 4 e Quadro 5, onde se evidencia a evolução verificada dos recursos da autarquia, traduzidos em diferentes comportamentos que serão analisados ao longo deste documento.

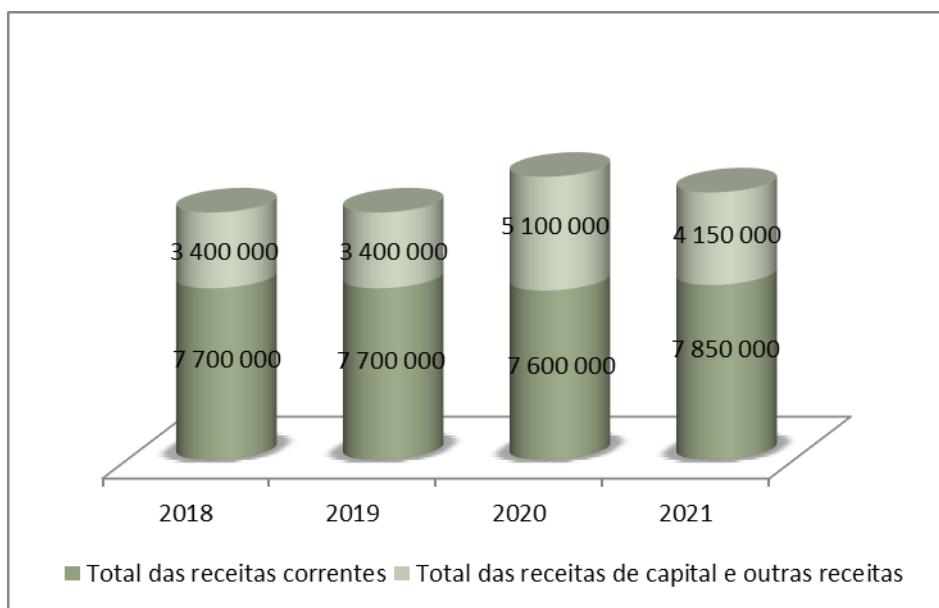
Quadro 4 – Análise do orçamento da receita 2021, com os valores iniciais de 2020, em euros

Rubricas económicas	2018	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
					Valor	%
Impostos Diretos	1 531 060	1 531 060	1 523 560	1 549 180	25 620	1,68%
Impostos Indiretos	43 975	43 975	0	0	0	0,00%
Taxas, multas e outras penalidades	108 020	108 020	134 520	116 575	-17 945	-13,34%
Rendimentos de propriedade	8 605	8 605	2 945	405	-2 540	-86,25%
Transferências correntes	5 122 050	5 122 050	5 048 610	5 432 755	384 145	7,61%
Vendas de bens e prestações de serviços correntes	838 230	838 230	802 125	672 030	-130 095	-16,22%
Outras receitas correntes	48 060	48 060	88 240	79 055	-9 185	-10,41%
Total das receitas correntes	7 700 000	7 700 000	7 600 000	7 850 000	250 000	3,29%
Venda de bens de investimento	31 945	31 945	28 080	9 170	-18 910	-67,34%
Transferências de capital	3 366 235	3 366 235	3 571 610	3 140 520	-431 090	-12,07%
Ativos financeiros	1 250	1 250	225	225	0	0,00%
Passivos financeiros	70	70	1 500 065	1 000 065	-500 000	-33,33%
Outras receitas de capital	495	495	15	15	0	0,00%
Total da receitas de capital	3 399 995	3 399 995	5 099 995	4 149 995	-950 000	-18,63%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5	5	5	5	0	0,00%
Outras receitas	5	5	5	5	0	0,00%
Totais	11 100 000	11 100 000	12 700 000	12 000 000	-700 000	-5,51%

Quadro 5 - Análise do orçamento da receita 2021, com os valores corrigidos de 2020, em euros

Rubricas económicas	2020 Corrigido	2021	Variação 2020/2021	
			Valor	%
Impostos Diretos	1 523 560	1 549 180	25 620	1,68%
Impostos Indiretos	0	0	0	0,00%
Taxas, multas e outras penalidades	133 020	116 575	-16 445	-12,36%
Rendimentos de propriedade	2 945	405	-2 540	-86,25%
Transferências correntes	5 350 110	5 432 755	82 645	1,54%
Vendas de bens e prestações de serviços correntes	802 125	672 030	-130 095	-16,22%
Outras receitas correntes	88 240	79 055	-9 185	-10,41%
Total das receitas correntes	7 900 000	7 850 000	-50 000	-0,63%
Venda de bens de investimento	28 080	9 170	-18 910	-67,34%
Transferências de capital	3 636 202	3 140 520	-495 682	-13,63%
Ativos financeiros	225	225	0	0,00%
Passivos financeiros	1 500 065	1 000 065	-500 000	-33,33%
Outras receitas de capital	15	15	0	0,00%
Total da receitas de capital	5 164 587	4 149 995	-1 014 592	-19,65%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5	5	0	0,00%
Outras receitas	5	5	0	0,00%
Totais	13 064 592	12 000 000	-1 064 592	-8,15%

Gráfico 3 – Evolução do orçamento da receita de 2018 a 2021, em euros



2.1. Receitas Correntes

Foram dotadas as rubricas com o resultado da média dos últimos 24 meses.

A previsão nos “**Impostos Diretos**” foi aumentada em euros 25 620, com aumentos em todas as rubricas, destacando-se um maior incremento no Imposto único de circulação. Assim, apresentam-se as diferentes variações nas principais rubricas dos impostos municipais, como se demonstra:

Rúbricas de impostos diretos	Valor
Imposto municipal sobre imóveis	9 155,00
Imposto único de circulação	10 485,00
Imposto municipal sobre a transmissão de imóveis	700,00
Derrama	5 280,00
Abolidos	0,00

A decisão tomada na redução da taxa de Derrama apenas surtirá efeito na receita dos anos seguintes e orçamentos futuros.

As “**Taxas, multas e outras penalidades**” foram ajustadas para menos em euros 17 945, com a maior diminuição (de € 17 120) nas "Taxas específicas das autarquias" (por efeito de uma diminuição em Loteamentos e Obras) e uma diminuição menor (de € 825) nas "Multas e outras penalidades - Juros de mora".

Os “**Rendimentos de propriedade**” foram dotados com menos euros 2 540. Nesta rubrica registam-se os juros obtidos em depósitos bancários e a distribuição de dividendos nas participações detidas pelo município, nomeadamente a ERSUC e a ADRA, que distribuem anualmente uma parte do seu resultado positivo.

Prevemos um aumento na receita prevista das “**Transferências correntes**” para mais euros 384 145, influenciada com o maior aumento constatado nas receitas do “Estado”, onde se previu um aumento de euros 262 600 no Fundo de Equilíbrio Financeiro, uma redução de euros 51 870 na “Participação fixa no IRS” e um aumento de euros 90 710 na “Participação do IVA”.

Nas transferências da “Famílias” há uma redução de euros 12 940, ainda por efeito da decisão tomada pela Câmara Municipal, para “**isenção** do pagamento dos **Transportes Escolares**”.

As “**Vendas de Bens e serviços correntes**” voltaram a ser diminuídas em euros 130 095 com variações distintas; aumento na Venda de bens, com mais euros 3 500, e diminuições nos Serviços, com menos euros 41 345, bem como, nas Rendas, com menos euros 92 250 nas Rendas. Esta última redução, por efeito da decisão de não serem cobradas as mensalidades de ocupações na Área de Acolhimento Empresarial.

Em termos globais, foi aumentada a previsão de receitas correntes. A sua distribuição encontra-se evidenciada no seguinte gráfico, verificando-se que as transferências correntes são o grupo mais representativo, seguindo-se os impostos diretos.

Gráfico 4 - Distribuição da receita corrente de 2021

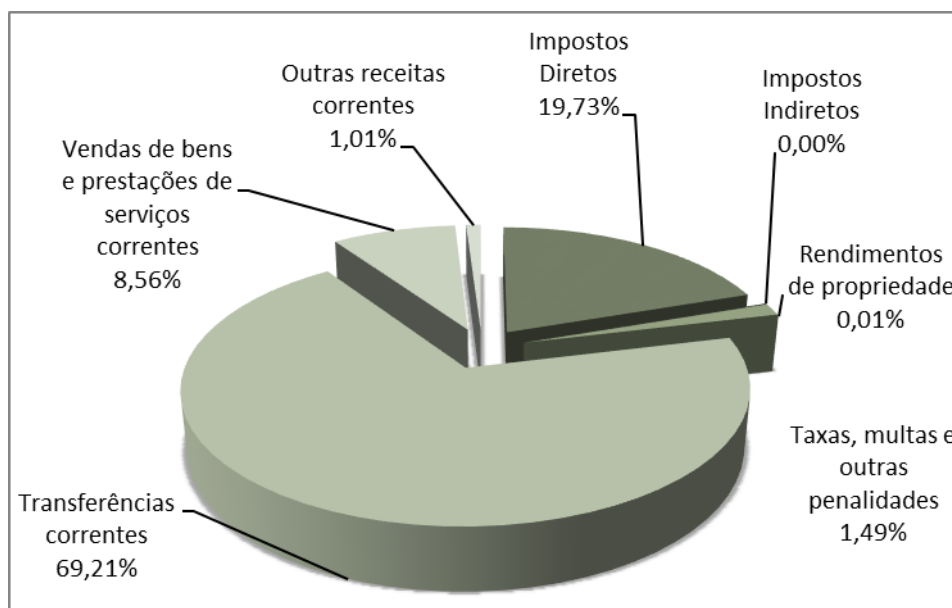
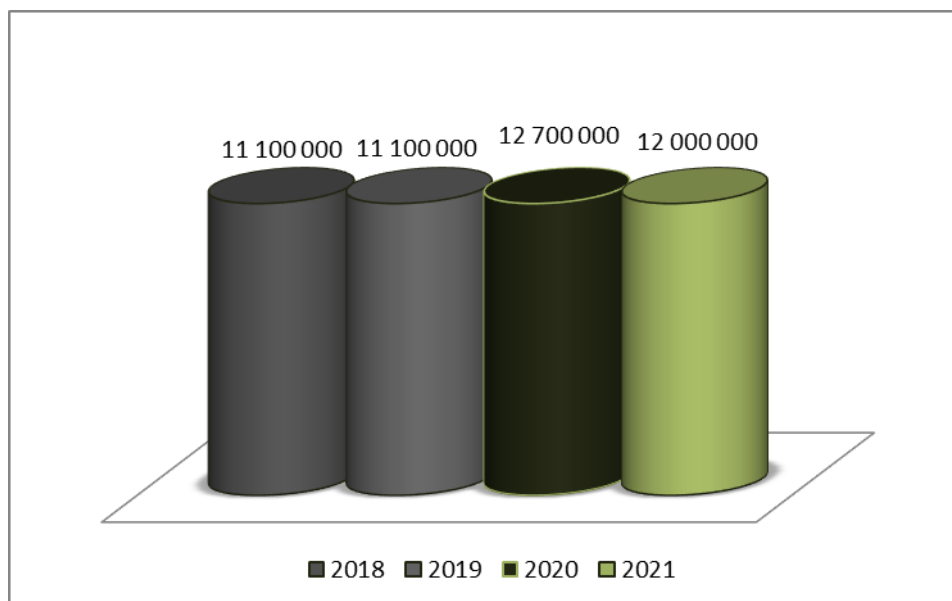


Gráfico 5 – Evolução da receita corrente de 2018 a 2021, em euros



2.2. Receitas de Capital e Outras Receitas

Em relação ao orçamento inicial, as receitas de capital tiveram de ser diminuídas em euros 950 000, influenciadas por variações negativas nas Vendas de Bens de Investimento (-€ 18 910), o que não é um fator negativo, porque, em regra, geram rendimentos futuros, mais a redução de euros 431 090 nas Transferências de Capital e a redução de euros 500 000 nos Passivos Financeiros (Empréstimos). Nas Transferências de Capital foi

necessário diminuir nas verbas previstas da ADRIMAG (-€ 170 000), nos Fundos Comunitários (-€ 261 090) e nos Serviços e Fundos Autónomos (-€ 20 000).

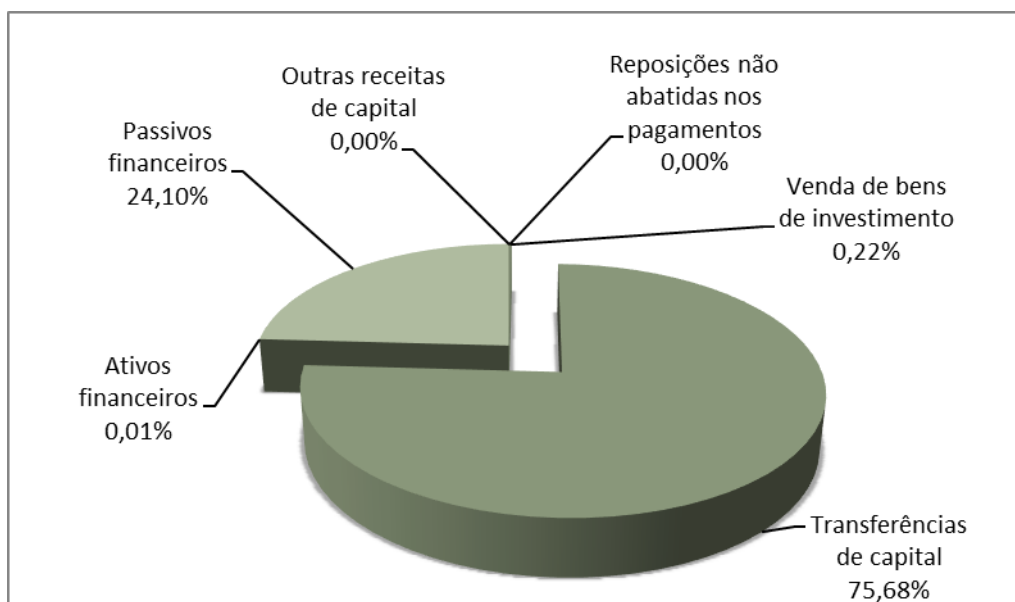
A rubrica “**Transferências de Capital**”, mesmo assim, continua a possuir o maior significado no cômputo das receitas de capital, aumentando a sua percentagem para 75,6% (contra 70% em 2020), mantendo-se a "Participação comunitária em projetos cofinanciados", com o valor maior (€ 2 010 810), seguindo-se a receita do n.º 3 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013 (para compensar montante global das transferências financeiras), com euros 501 060 (+€ 127 960), e, o “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, dotado com euros 493 400, com menos euros 72 230. No cômputo das despesas desta natureza seguem-se os “**Passivos Financeiros**” com 24%.

Candidaturas com um grau de maturidade elevada, e grande possibilidade de serem aprovadas:

-Revitalização da antiga linha de vagonetes do Braçal; Reabilitação da margem direita do Vouga- PROVERE; Paisagens Megalíticas - MEG; Arranjo Urbanístico dos Amiais

As demais rubricas foram dotadas com valores considerados residuais.

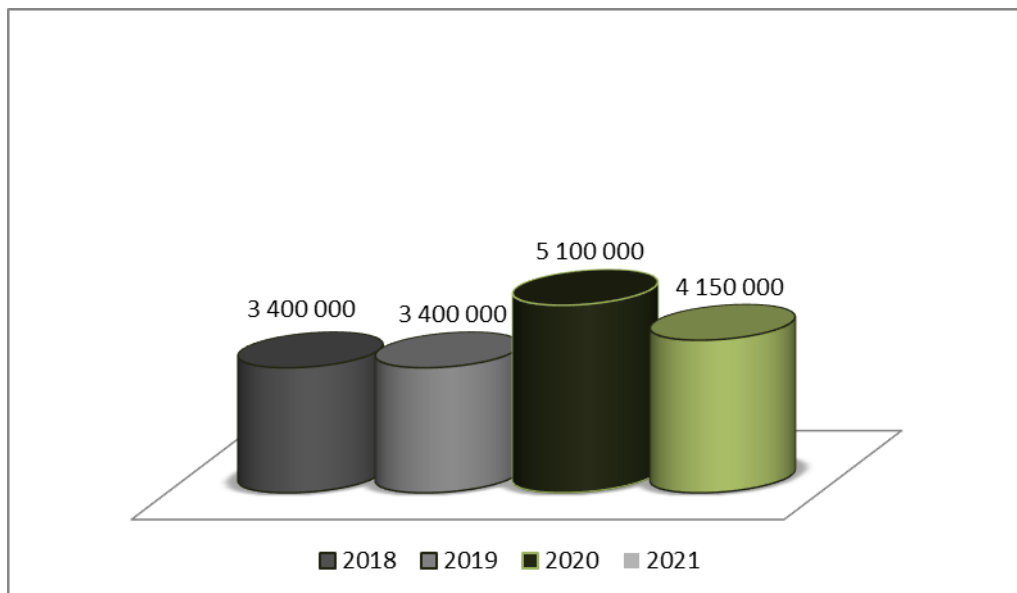
Gráfico 6 - Distribuição da receita de capital e outras receitas de 2021



As demais rubricas “**Passivos financeiros**”, “**Ativos financeiros**”, “**Outras receitas de capital**” e “**Outras receitas**” foram dotadas com valores residuais e têm um valor pouco

significado, as quais no seu conjunto representam os restantes 0,22% das receitas de capital.

Gráfico 7 – Evolução da receita de capital e outras receitas de 2018 a 2021, em euros



2.3. Conclusões

Assim, em termos globais, o orçamento da receita sofreu uma diminuição de euros 700 000 em relação ao orçamento inicial de 2020, aumentando em euros 250 000 na previsão das receitas correntes e diminuindo em euros 950 000 na previsão das receitas de capital.

O aspeto positivo ainda vertido neste documento é a aposta no investimento, muito superior às receitas dessa natureza, com a inclusão de alguns projetos para se organizarem candidaturas a vários programas de financiamento.

Como veremos mais à frente, o aumento da poupança corrente permitirá um equilíbrio orçamental mais sólido e a afetação de recursos ao investimento. Como também será explicado, o aumento da poupança corrente só será possível através da continua e acrescida racionalização de custos.

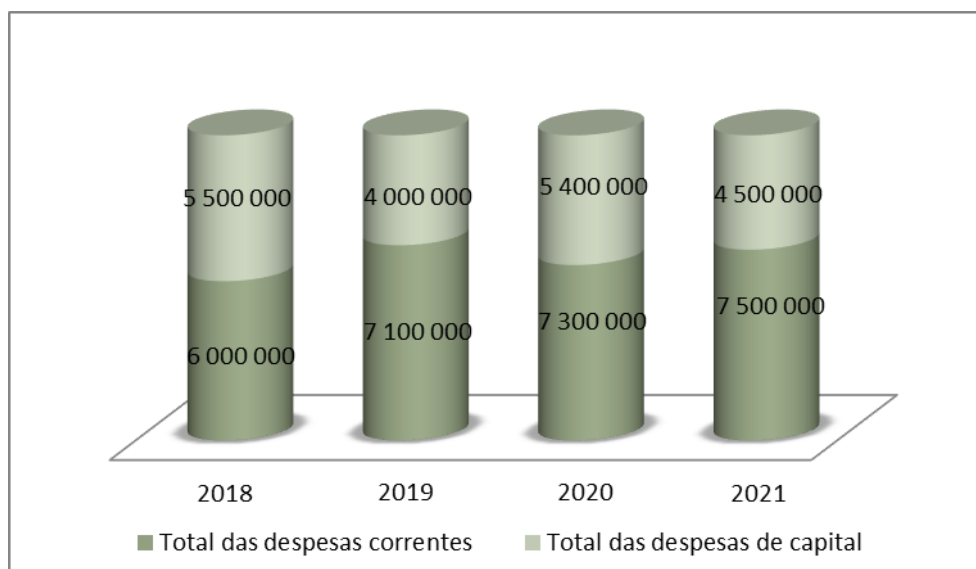
3. Orçamento da Despesa

Apresentamos no Quadro 6 e Gráfico 8, a evolução do orçamento da despesa desde o ano de 2018, segundo as principais rubricas.

Quadro 6 - Orçamento da despesa de 2018 a 2021, em euros

Rubricas económicas	2018	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
					Valor	%
Despesas com pessoal	2 133 570	2 349 060	2 732 070	2 641 570	-90 500	-3,31%
Aquisição de bens e serviços correntes	2 947 360	3 627 370	3 503 187	3 758 245	255 058	7,28%
Encargos correntes da dívida	21 545	19 050	19 050	28 545	9 495	49,84%
Transferências correntes	870 525	1 076 520	1 003 193	1 036 030	32 837	3,27%
Outras despesas correntes	27 000	28 000	42 500	35 610	-6 890	-16,21%
Total das despesas correntes	6 000 000	7 100 000	7 300 000	7 500 000	200 000	2,74%
Aquisição de bens de capital	4 811 190	3 449 800	4 726 600	3 962 755	-763 845	-16,16%
Transferências de capital	278 540	232 535	450 035	375 230	-74 805	-16,62%
Ativos financeiros	65 260	32 655	16 355	5	-16 350	-99,97%
Passivos financeiros	340 000	280 000	202 000	157 000	-45 000	-22,28%
Outras despesas de capital	5 010	5 010	5 010	5 010	0	0,00%
Total das despesas de capital	5 500 000	4 000 000	5 400 000	4 500 000	-900 000	-16,67%
Totais	11 500 000	11 100 000	12 700 000	12 000 000	-700 000	-5,51%

Gráfico 8 – Evolução do orçamento da despesa de 2018 a 2021, em euros

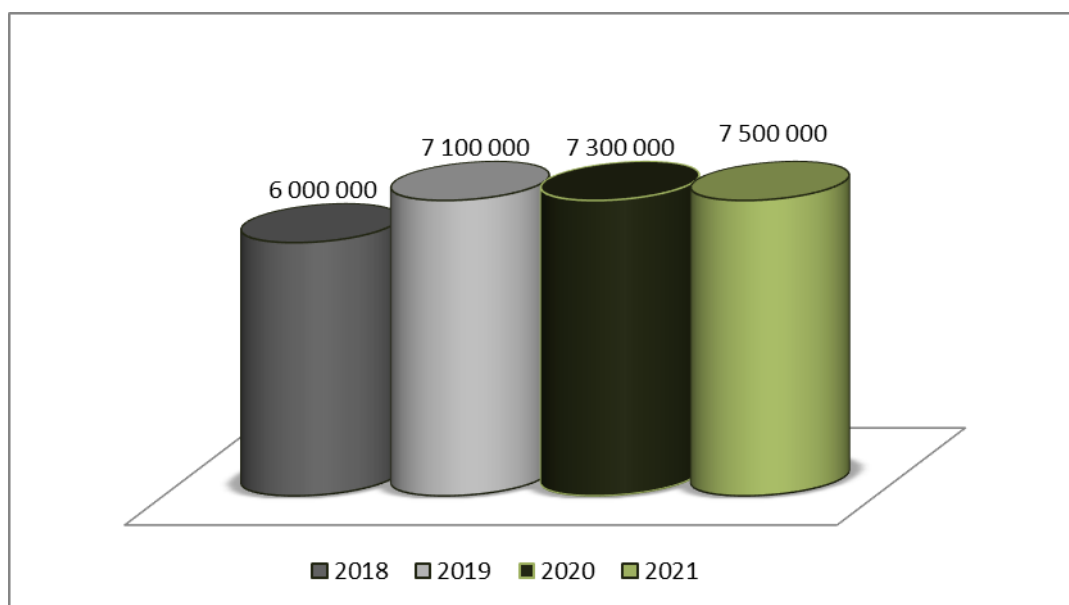


Vamos, seguidamente, avaliar a evolução das despesas segundo os dois principais agrupamentos – despesas correntes e de capital – para compreendermos a aplicação dos recursos do Município.

3.1. Despesas Correntes

As despesas desta natureza foram dotadas com um aumento de euros 200 000, com explicação nos próximos pontos, mas que se poderá dizer, desde já, que se deve ao ajustamento das despesas desta natureza, em função da atividade (realização de diversos eventos, evidenciados no Plano de Atividades), para a gestão de combustíveis e para o aumento em vencimentos (recrutamento de pessoal e progressões).

Gráfico 9 - Despesas correntes de 2018 a 2021, em euros



Com o valor da despesa corrente podemos verificar se o orçamento respeita a regra do equilíbrio orçamental – artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O número 2 daquele artigo refere que “a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Embora a receita bruta cobrada e a despesa corrente se apuram com a execução, teremos que iniciar medidas de controlo e ajustamento no momento da elaboração do orçamento.

Somando as despesas correntes, no valor de euros 7 500 000, com as amortizações médias no valor de euros 131 044,21 teremos o total de euros 7 631 044,21. Como a receita corrente prevista neste orçamento é de euros 7 850 000, concluímos que está acima daquele valor, o que se traduz numa margem positiva de euros 218 955,79, isto é, as despesas correntes poderiam ser aumentadas até esse valor.

3.1.1. Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal foram dotadas com menos euros 90 500 (-3,31%) e mais euros 3 505 (0,13%) em relação ao orçamento inicial e corrigido, respetivamente.

Assim, como este município tem condições para o recrutamento de novos trabalhadores, foram dotadas as rubricas correspondentes para que se promovam os procedimentos necessários de recrutamento, conforme proposta que consta no mapa de pessoal.

As **remunerações certas e permanentes**, foram corrigidas com menos euros 91 500, com maior impacto na rubrica de "Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho" com menos euros 96 500. Os "**Abonos variáveis e eventuais**¹" foram aumentados com euros 2 000, e as rubricas de "**Segurança Social**²" foram corrigidas com menos euros 1 000.

Vai-se iniciar o processo de recrutamento de um ou mais trabalhadores para a criação do Gabinete de Comunicação, esperando-se que sejam criadas as condições para a divulgação adequada da informação sobre a atividade do município, sobre ações ou medidas para os munícipes, incluindo a adesão às redes sociais e a atualização diária da página do município. Um trabalho importante, passará pela criação de condições da transmissão das reuniões e sessões.

Será criada uma equipa de trabalho, inicialmente, com a afetação ou recrutamento de um trabalhador para avaliação, permanente, dos equipamentos, incluindo prédios, por forma a serem feitas intervenções logo que se verifiquem sinais de deterioração ou para serem feitas ações de manutenção permanente, por forma a permitirem o aumento da vida útil desses bens.

¹ Senhas de presença, trabalho extraordinário, deslocações, ajudas de custo, abono para falhas e outros.

² Contribuições, Encargos com a saúde e Seguros

3.1.2. Aquisição de Bens e Serviços Correntes

As rubricas referentes à “Aquisição de bens e serviços” foram corrigidas com mais euros 255 058 em relação ao orçamento inicial e mais euros 51 314 em relação ao orçamento corrigido, com a seguinte distribuição:

As “**Aquisições de Bens**” foram aumentadas em euros 54 800 em relação ao orçamento inicial e menos euros 95 745 em relação ao orçamento corrigido, com uma repercussão maior nas seguintes rubricas:

Rúbricas de bens	Valor
Gasóleo	-5 000
Limpeza e higiene	3 500
Outros bens - Outros	64 495

Em "Outros bens" classificam-se as despesas relacionadas com a aquisição de bens não classificados nas demais rubricas, previstos essencialmente no PAM para aquisição de bens diversos, tais como: materiais para as freguesias e para diversas atividades evidenciadas no plano de atividades, tais como, para as festas natalícias das crianças, para as atividades culturais, desportivas e recreativas que ocorram no ano de 2021 (CAE, Biblioteca, Estádio Municipal, Feira Quinhentista ou Feira Nacional do Mirtilo, se for possível a sua realização).

Foi necessário efetuar um ajustamento para valor superior, considerando o histórico de despesas registadas nesta rubrica.

As rubricas das “**Aquisições de Serviços**” também foram corrigidas com mais euros 200 258, em relação ao orçamento inicial (e mais euros 147 059 em relação ao orçamento corrigido), com as seguintes variações mais significativas:

Rúbricas de serviços	Valor
Encargos de instalação	20 000
Conservação de bens	-10 500
Transportes	-14 000
Seguros	10 000
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	28 600
Publicidade	12 010
Assistência técnica	10 000
Outros trabalhos especializados	15 500
Encargos de cobrança de receitas	10 000
Outros serviços de recolha e tratamento de resíduos	170 000
Outros serviços de aluguer de máquinas	-10 000
Outros serviços com eventos musicais, culturais,	82 374
Outros serviços - Outros	-123 131

Foi necessário ajustar os valores das dotações destinadas aos eventos musicais, culturais, desportivos e afins porque, apesar da suspensão verificada em 2020, espera-se que a retoma ocorra em 2021, quanto à realização de eventos daquela natureza. Atendendo à alteração que foi efetuada ao preço base do concurso que está a decorrer, entre os municípios de Águeda, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga, para a adjudicação do serviço de recolha de resíduos sólidos, foi necessário aumentar a dotação nessa rubrica em mais euros 170 000.

Continuar-se-á a dar apoio no transporte de idosos e estudantes, através do *SeverIn*. Espera-se que esse serviço funcione todo o ano de 2021, e que a pandemia não obrigue à sua suspensão. Foi feito um ajustamento na despesa para menos, considerando a atual previsão do estado atual da Covid-19.

Nas despesas correntes, continuarão a estar previstas verbas destinadas a participar atividades extracurriculares que venham a ser propostas e desenvolvidas pelas escolas do primeiro ciclo e pré-primária.

Na cultura, continuarão a manter-se afetas verbas para o centro das Artes e dos Espetáculos e para a realização de atividades, tais como, Festival Internacional de Guitarras, a Festa do Emigrante, a Feira Quinhentista (Foral), o Festival de Cinema Internacional Paisagens e o Festim, caso a situação epidemiológica se altere e venha a permitir a realização destes eventos.

No desporto, continuamos a incluir uma rubrica para o caso de ser possível a realização do torneio “Interfreguesias” e o “Mirtilo Cup”, bem como, a ocupação dos jovens nos seus tempos livres, designadamente em tempo de férias com a atividade “Campo de férias”, e a realização do evento Vouga Trail.

Também na área do desporto, pretende-se levar a cabo dois novos projetos, um já inscrito anteriormente, o Campo de Padel, e outro agora inscrito, o Parque de Skate, e ainda concluir a empreitada de remodelação da Piscina Municipal, com grande destaque para a Eficiência Energética e a Iluminação do Estádio Municipal, já inscrita e com candidatura aprovada.

Através da admissão de um estagiário, com formação em Educação Física, vai ser realizado um levantamento dos equipamentos, atletas e agentes desportivos, por área, bem como, a realização do Plano Municipal do Desporto.

Na ação social, como tem vindo a fazer-se, dar-se-á apoio a jovens e famílias através do CLAS (Conselho Local de Ação Social) e do Gabinete Municipal de Psicologia, estando já em funcionamento o CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social).

Na Água encontra-se prevista verba para se continuar a realizar as análises nos fontanários, para reporte de informação ao PCQA (Programa de Controlo da Qualidade da Água) e ser prestada informação à população.

No turismo estão previstas diversas atividades evidenciadas no Plano de Atividades, nomeadamente a Ficavouga, a realizar, no verão, como é hábito, cujo evento será direcionado à população do concelho e à captação de visitantes e a Feira Nacional do Mirtilo. A realização destes dois certames dependerá da evolução da situação pandémica atual, esperando-se que as condições atuais melhorem, com um possível tratamento ou vacina.

Um outro objetivo é continuar a reforçar a rede pública de WI-Fi nas freguesias e Zonas de Alojamento e Turismo, onde a mesma ainda não exista ou tenha problemas de sinal.

Nos Jardins continuam previstas rubricas para satisfazer encargos relacionados com as ações em parques e jardins, com vista ao seu embelezamento, inclusive em parcelas pertencentes ao domínio público municipal.

Foi dotada a “Gestão de Limpeza de Combustível Florestal” com euros 107 000, para se reforçar a limpeza de áreas nos espaços junto às Zonas Industriais e manter o trabalho de limpeza nas bermas das vias municipais, como forma de prevenção contra os fogos florestais.

3.1.3. Encargos Correntes da Dívida

Nesta rubrica são classificados os juros dos empréstimos bancários. Para os contratos e dívida atual não se prevê um aumento nos juros, pelo que foram dotadas as rubricas com valores iguais aos do ano económico de 2020. No entanto, nesta rubrica também se registam os juros de mora, processados habitualmente nas entregas dos impostos municipais pelas finanças. Essa rubrica foi aumentada em euros 4 500.

Para a aquisição de uma viatura elétrica, na sequência de candidatura aprovada, no “Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública”, do Fundo Ambiental, foram criadas duas rubricas no orçamento, uma das quais, neste agrupamento, com uma dotação de euros 4 995, caso se avance com o *leasing* financeiro. A segunda foi aberta nas aquisições de serviços, para o caso de se decidir pelo *leasing* operacional.

3.1.4. Transferências Correntes

Foram dotadas com menos euros 73 327 em relação ao orçamento inicial e menos euros 224 827 em relação às dotações do orçamento corrigido, tendo passado de euros 1 076 520 para euros 1 003 193, representando 13,7% das despesas correntes.

No quadro seguinte apresentam-se as principais variações ocorridas neste agrupamento:

Rúbricas de transferências	valor
Instituições sem fins lucrativos	39 837
Famílias	14 500

Foram contemplados os valores para os pagamentos às freguesias no âmbito dos novos acordos de execução, bem como para os apoios destinados às atividades diversas que as freguesias venham a promover ao longo do ano e para as quais solicitem a comparticipação do município nos termos do regulamento.

O ajustamento para menos deve-se, em parte, pela não execução de algumas das atividades propostas, bem como, pela dotação em valor superior que foi afeta para os

acordos de execução. No entanto, está a ser preparada a nova proposta das transferências de competências para as freguesias que, se forem aceites e aprovadas nos órgãos do município e da freguesia, obrigarão ao ajustamento da verba a afetar para esse fim.

No âmbito do processo de transferência de competências para as freguesias, pretende-se avançar com as reuniões e reformulação da atual comparticipação para a limpeza de valetas, cuja estimativa de aumento será para € 350 000 (mais 81%).

A título informativo, neste grupo, repartem-se os encargos com as transferências correntes destinadas:

- às coletividades;
- às freguesias;
- à atribuição de bolsas de estudo e apoios às crianças do 1º ciclo;
- à satisfação de encargos com associações de municípios: projetos intermunicipais (alguns promovidos na região ou aprovados na CIRA), quotas e contribuições.

Continuar-se-á a dar apoio aos atletas individuais que participam em torneios ou provas nacionais e internacionais, bem como às coletividades desportivas, procurando-se manter a estratégia de desenvolvimento desportivo.

Continuamos a manter em funcionamento os dois gabinetes de apoio ao empreendedor instalados no Vougapark e nas instalações da AGIM, a funcionar no mesmo edifício, como uma forma de criação de novas empresas ou instalação de empresas já constituídas, para se atrair investidores e a criação de novos empregos.

No Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, a funcionar no Vougapark, onde já é estabelecida uma ligação entre entidades públicas e privadas, pretende-se admitir em 2021, um técnico superior da área da Agronomia, com vista a prestar apoio aos produtores dos pequenos frutos, em especial, da produção do mirtilo e acompanhar os processos de combate às doenças e pragas que afetam as diversas produções agrícolas do concelho.

Foi incluída a verba de euros 21 000, para a ação denominada “Habitação Solidária VIDA - Valorização, Integração, Desenvolvimento, Autonomia”, cuja execução começou em

2019, em parceria com a Fundação Mão Amiga (projeto de Habitação Solidária Vida), com vista à recuperação de habitações sociais. Esta ação terminará em 2022.

Nesta área, como despesas correntes, destaca-se a comparticipação a conceder às famílias que venham a candidatar-se aos incentivos a conceder nos termos do regulamento de apoio à natalidade, designadamente para a aquisição de bens de primeira necessidade para os recém-nascidos, cuja rubrica foi aumentada em euros 14 500.

Em 2021, continuaremos a prestar apoio à natalidade, nos termos do regulamento em vigor. Contudo far-se-á uma análise ao regulamento, bem como, à possibilidade de reforço da rubrica de Transferências Correntes, por forma a aumentar o apoio e ao alargamento dos beneficiários.

Na Habitação encontra-se inscrita uma rubrica destinada às despesas relacionadas com eventuais apoios a famílias carenciadas nos termos do regulamento, para intervenções destinadas a melhorar as condições de habitabilidade das suas casas, caso se verifiquem os requisitos regulamentares.

Foi efetuado um estudo para saber da necessidade de construção de novas habitações sociais. Mas como não há recetividade por parte das famílias em viverem em bairros sociais, decidiu-se direcionar as intervenções na recuperação das habitações, através dos programas *Casa +* (Apoio à Reconstrução de Habitação Degradada), *Just a change* e projeto Habitação Solidária Vida (já referida no ponto anterior) ou na recuperação de prédios adquiridos ou devolutos da autarquia.

Em relação à Segurança pública de pessoas e bens, para além do apoio concedido aos Bombeiros Voluntários, continuar-se-á a promover as reuniões habituais do Conselho Municipal de Segurança para uma avaliação de situações que ocorram e necessitem da intervenção das autoridades policiais. Nesse âmbito e perante o estado pandémico atual, muitas das ações terão de ser direcionadas nesse sentido, com vista a minimizar-se o seu efeito sobre a população.

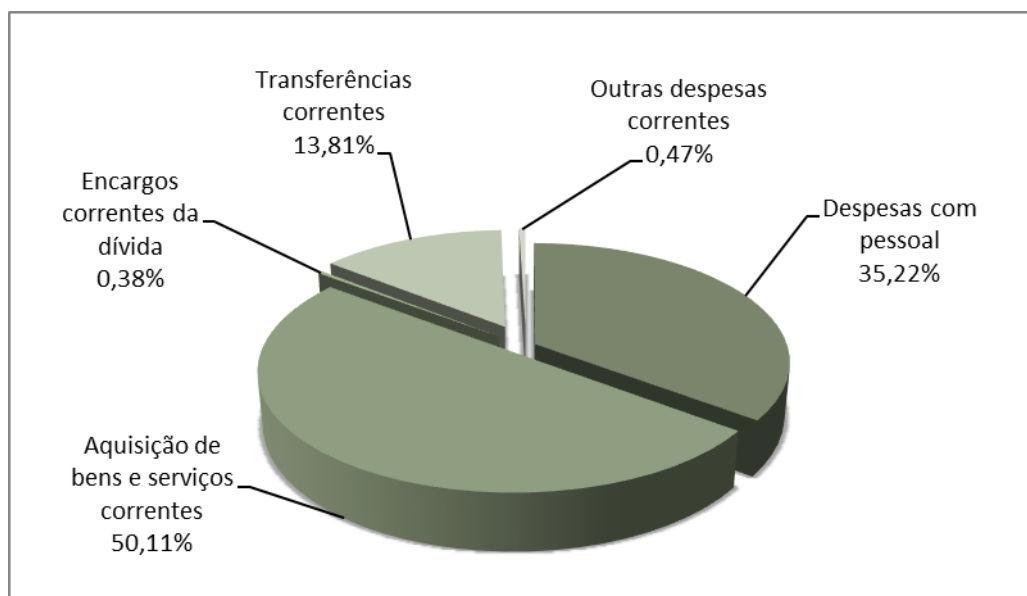
Na proteção civil está prevista a transferência de verbas para os Bombeiros destinada à manutenção da Equipa Intervenção Permanente, que se prende manter em funções.

3.1.5. Outras Despesas Correntes

Foram diminuídas as dotações para encargos desta natureza em euros 6 890 em relação ao orçamento inicial.

Neste agrupamento classificam-se despesas relacionadas com a “Restituição de impostos e taxas”, “Indemnizações”, pagamento de “IVA” e de outras despesas que não tenham classificação nas rúbricas anteriores.

Gráfico 10 - Distribuição da despesa corrente de 2021



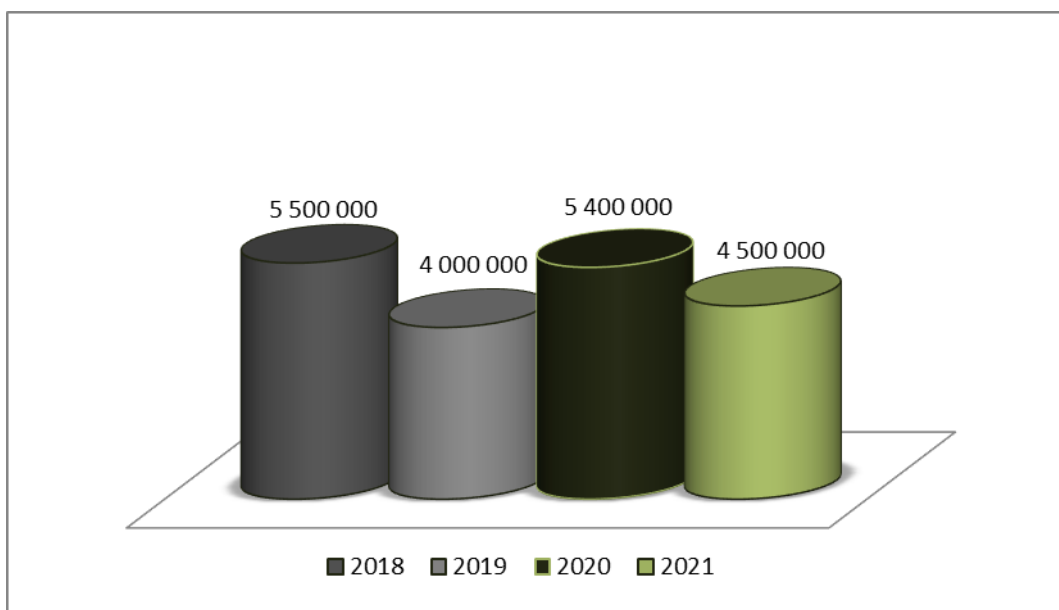
Como constatamos, este orçamento contempla uma adequada repartição dos recursos, embora com sacrifícios ou diminuições feitas em algumas rubricas, cujos valores foram repartidos e direcionados para os aumentos com maior impacto em outros serviços, em despesas correntes, relativamente ao orçamento inicial.

Julgamos, desta forma, termos justificado a distribuição das despesas correntes no valor de euros 7 300 000, que foram aumentadas em euros 200 000 e reduzidas em euros 275 066, em relação ao orçamento inicial e corrigido, respetivamente.

3.2. Despesas de Capital

As despesas de capital embora desagregadas por rubricas da classificação económica, encontram-se evidenciadas no PPI, ou seja, individualizadas por projetos e ações, com uma leitura mais fácil no documento que será apenso.

Gráfico 11 - Despesas de capital de 2018 a 2021, em euros

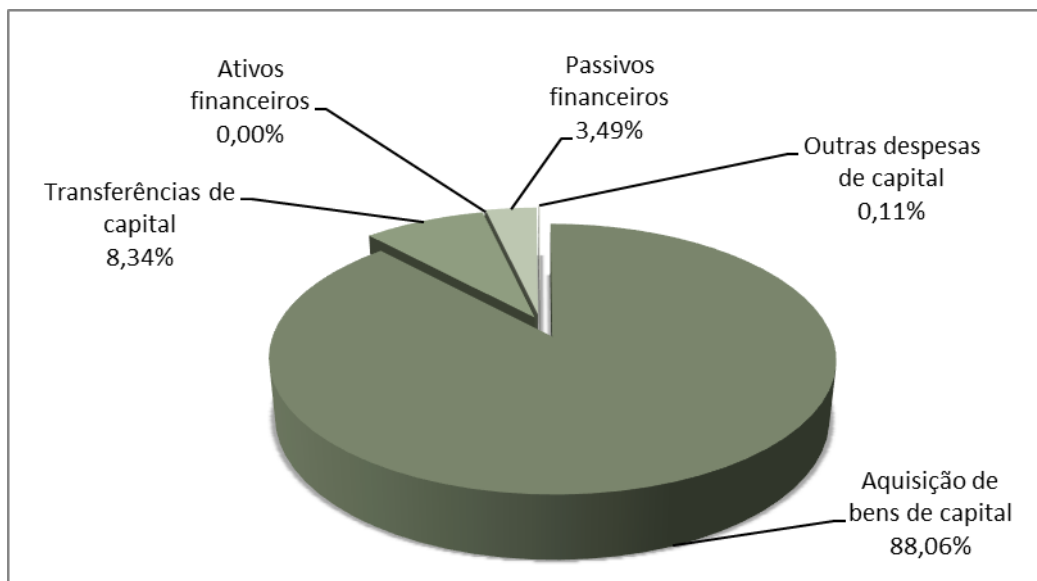


O “PPI” não é um documento estático, podendo ser alterado em função das necessidades que surgem no decorrer do tempo.

Neste gráfico, constatamos a variação na afetação de verbas ao investimento, neste último ano, em resultado de vários fatores, tais como, a redução nas receitas desta natureza e o aumento de despesas de funcionamento ou afetação de recursos para outros fins (extraordinários), como o apoio e aquisição de bens e serviços para se fazer face à situação epidemiológica, provocada pela doença do Covid-19.

Seguidamente, vamos avaliar as alterações nas principais rubricas das despesas de capital (de investimento).

Gráfico 12 - Distribuição da despesa de capital de 2021



3.2.1. Aquisição de bens de capital

Com o aumento das receitas de capital efetuou-se a correspondente afetação às rubricas de investimento.

Tal como aconteceu, em anos anteriores, foram acrescentados projetos para satisfazer necessidades prementes, e também para ser assegurada a possibilidade de conseguirmos financiamento externo, através do atual quadro comunitário de apoio - Portugal 2020. Assim, inscreveram-se alguns projetos no PPI, para os quais estamos a instruir os processos e a organizar procedimentos para submissão de candidaturas, algumas já realizadas e submetidas.

Indicam-se os projetos com comparticipação aprovada através do novo quadro de apoio ou por entidades privadas:

- Centro Escolar de Sever do Vouga (concluído);
- Requalificação das Piscinas Municipais (componente eficiência energética);
- PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana:
 - Requalificação da frente ribeirinha da Ribeira de Pessegueiro;

- Reabilitação e requalificação do Largo da Feira;
- Arranjo Urbanístico do Largo de São Mateus – Paçô (em concurso);
- Qualificação do Espaço Público – 1.ª fase (concluída);
- Qualificação do Espaço Público – 2.ª Fase (concluída).
- Naturvouga - Reabilitação das Margens Ribeirinhas (quase concluída);
- Instalações de Serviços - Edifício: Obras de Reorganização dos Serviços (concluído);
- Biblioteca Municipal de Sever do Vouga – Fundo Emergência Municipal (FEM) (concluído);
- Campo Experimental de Mirtilos de Sever do Vouga – FEM (concluído);
- Zona de fruição ribeirinha de Couto de Baixo (em concurso);
- Reparação de pequenos troços e largos – IV.

Seguidamente, apresentam-se os projetos para os quais os presidentes de junta pediram, durante o período de audição nos termos do direito de oposição, para que fossem iniciados os processos com vista às suas execuções.

- Arranjo do largo da Vinha Dónega (peças do procedimento em elaboração);
- Cemitério de Cedrim - Arranjos exteriores (Adjudicada);
- Intempéries - Restabelecimento de Infraestruturas - Construção de muros (adjudicados);
- Rua da Arrôta (adjudicada);
- Repavimentação da avenida Comendador A. M. Pereira (concluída);
- Estrada de Dornelas a Silva Escura (adjudicada);
- Muro na Cruz das Almas, em Couto Esteves (executado);
- Muro da estrada de Vilarinho (adjudicado);

- Repavimentação da estrada de Chão de Além a Porto Carro (adjudicada);
- Alargamento e pavimentação da Rua do Cão (adjudicado);
- Beneficiação da rua do Porto Carro, em Paço de Cedrim (adjudicada);
- Repavimentar estradas na Zona Industrial de Talhadas (adjudicada).

Destacam-se também os projetos inseridos para uma eventual participação através de capitais externos:

- Revitalização da antiga linha de vagonetes das Minas do Braçal;
- Reabilitação da margem direita do Rio Vouga;
- Criação de um Parque de Pesca Desportiva no Rio Mau;
- Criação do Parque Temático da Mirtilândia;
- Paisagens Megalíticas/Megalithic Landscapes;
- Arranjo Urbanístico Amiais;
- Criação de centro e rotas de BTT.

Seguem-se projetos inseridos no PPI e que aguardam financiamento da autarquia ou de capitais externos:

- Em arranjos urbanísticos:

- Arranjo Urbanístico do Largo da Silveira;
- Parque de caravanas e acesso na praia fluvial da Quinta do Barco;
- Projeto “Saúde e Bem Estar”;
- Reabilitação da casa do restaurante Quinta do Barco (mobilidade).

- Em viação rural:

- Requalificação da Rua Abade de Santiago;

- Proteção e Segurança de Taludes e Ravinas;
- Repavimentação da Rua da Indústria, na ZI Padrões;
- Rua das Figueirinhas;
- Repavimentação de Vila Fria à Bouça;
- Caminho da Capela da Frágua;
- Caminhos dos Moinhos (Silva Escura): Carvalhal, Vale do Neto e Sequeiros;
- Pavimentação da Rua das Eiras, Rua do Casainho, Calçada da Azenha, Rua do Tornadouro, Rua do Cabo e Rua José Maria Barbosa;
- Pavimentação da Estrada do Barreiro, em Couto Esteves;
- Regularizações no piso da estrada da Santa Eufémia, na Vide;
- Pavimentação da estrada do Vilarinho ao fundo do lugar;
- Arranjo de taludes na Lomba;
- Beneficiação de caminho do Barreiro às Vinhas;
- Caminhos e Infraestruturas junto às barragens;
- Pavimentação da rua das Flores, em Cedrim;
- Repavimentação da estrada do Alto de Fontelas, em Cedrim;
- Estrada de Silva Escura ao alto da Serra (corte de curvas);
- Corte de curva na EN 16 (protocolo assinado no dia 28/10/2020);
- Alargamento e pavimentação da estrada de Sanfins até à capela de Irijó;
- Repavimentação da estrada da Macida;

- Repavimentação das ruas das Leiras e Lameiradas;
- Repavimentação das ruas de Cristelo e São João ao Bouço;
- Beneficiação da rua do Constantino;
- Repavimentação da estrada de Sanfins ao Arestal;
- Beneficiação da estrada da Serra à Póvoa do Meio;
- Alargamento e conservação da estrada da Silveira às Arcas;
- Beneficiação do tabuleiro da ponte no Folharido (Costa Má);
- Abertura e pavimentação de rua do largo de Talhadas à estrada do Vilarinho;
- Abertura e pavimentação da estrada da Chapadinha à Decide (ZI Dornelas);
- Estabilização de talude com massas projetadas na EM570;
- Pequenas obras de reparação na Zona Industrial de Cedrim - Para a área do turismo e desporto;
- Reparação de pequenos troços e largos – V;
- Alargamento e pavimentação da Rua Chão do Moinho – Soutelo;
- Estrada da Pontinha ao Calvários, em Rocas;
- Pavimentação da estrada de Santa Quitéria;
- Pavimentação da estrada do Cogulo;
- Beneficiação da rua das Sobreiras, em Catives;
- Caminho dos moinhos (Associação ao polo de Lourizela);

- Pavimentação do caminho de Boialvo ao Reguengo;
- Novo estacionamento do CAE;
- Arranjo de estacionamentos do Jardim do Lago;
- Centro Coordenador de Transportes – Impermeabilização;
- Embelezamento de rotundas.

- Em áreas de acolhimento empresarial:

- Zona Industrial Padrões - Ampliação Norte;
- Zona Industrial de Talhadas – Ampliação.

- Em outras áreas:

- Campo Municipal dos Padrões - Iluminação e Outras Infraestruturas;
- Criação do circuito de interpretação do património e da biodiversidade na Ecopista de Sever;
- Criação de corredor de acesso à cascata da Aqualva;
- Reabilitação do troço pedonal inferior do Gresso e Moínhos.

Em seguida, apresentamos algumas notas sobre os projetos de investimento pelos diferentes objetivos/áreas:

No objetivo **“Educação”** prevê-se um investimento no valor de euros 406 530. No plano de atividades foram incluídas ações com euros 356 000, nas quais foram dotados euros 40 000 para “Bolsas de estudo”; euros 280 000 para os “Transportes escolares”; e mais euros 11 000 para o serviço destinado aos estudantes universitários (circuito Sever/Aveiro).

No objetivo **“Cultura, Desporto e Tempos Livres”** prevê-se um investimento no valor de euros 539 050.

No Desporto pretende-se realizar a requalificação das Piscinas Municipais (componente eficiência energética), projeto incluído no Pacto, com a dotação mais elevada (€ 450 000).

Foi incluído o projeto “Ciclovouga”, com candidatura submetida, com uma previsão de investimento em euros de 583 242,49.

No objetivo “**Ação Social**” prevê-se um investimento no valor de euros 147 010.

Nesta função manteve-se a inscrição dos euros 105 000, com a intenção de reforço, para satisfação dos compromissos de financiamento dos projetos em curso da Associação Pró-Cidadão do Deficiente Integrado, da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, do Centro Social e Paroquial Maria da Glória e a Santa Casa da Misericórdia para ajudar nos últimos investimentos destas instituições.

Na área da habitação mantêm-se as rubricas, no PPI, para a realização de intervenções nas casas de famílias carenciadas, quer em projetos de ação direta como em parcerias com outras entidades, tal como já foi referido nas parcerias celebradas, quer com a *Just a Change*, como com a Fundação Edite Matos (Mão Amiga).

No objetivo “**Saúde**” prevê-se um valor residual no valor de euros 5 e os meios para cumprimento do protocolo celebrado e a celebrar com a ARS e ACES. Foi acrescentada a dotação de euros 20 000, destinada à adjudicação do “**Plano Municipal de Saúde**”.

É vontade do atual executivo, o estabelecimento de contactos com os responsáveis da área da Saúde, com vista ao estabelecimento de protocolos, podendo o município avançar com a criação de um Gabinete de Saúde, com a contratação de serviços de saúde para os municípios, complementares aos do SNS.

No combate à doença Covid-19 têm sido afetos muitos recursos da autarquia. No ano de 2021, continuar-se-á a prestar apoio na prevenção e especialmente no combate à doença, pelo que foi criada uma rubrica no Plano de Atividades, por forma a evidenciar e melhor análise dos gastos com essas ações.

No objetivo “**Habitação e Urbanização**” prevê-se um investimento no valor de euros 1 223 250.

Matem-se inscrita e dotada a rubrica para a realização de remodelações e restauros nos prédios e apartamentos no Bairro da Bela Vista, com vista a evitarmos a sua degradação e melhorar as condições de habitabilidade nas habitações sociais.

Até ao final do ano, será entregue o plano denominado “Estratégia Local de Habitação”. No entanto, é vontade do executivo em avançar com os projetos necessários à transformação das ex-escolas e outros prédios da autarquia ou mesmo a construção de novas habitações sociais.

Nesta área, pretende-se um incremento no investimento em novas habitações, ser reforçado o papel da mesma e da reabilitação urbana na melhoria da qualidade de vida das populações com política prioritária na atuação municipal.

Os objetivos dessa ação estão reforçados na Estratégia Municipal de Habitação que se encontra na fase final da sua elaboração.

No Planeamento urbanístico mantém-se aberta uma rubrica para a realização de novos projetos ou planos de pormenor.

Na Iluminação pública continua a manter-se uma verba para o aumento da rede de iluminação pública, com vista a melhorar a proteção e segurança de pessoas e bens.

Continuar-se-á a apostar na “Implementação de Sistemas de Eficiência Energética da Iluminação Pública”, conforme projeto já levado a efeito e a manter.

Vai-se continuar a acompanhar os trabalhos de substituição de luminárias, de acordo com acordo estabelecido com a EDP e procurar melhorar ou aumentar o investimento nessa área, para a instalação de sistemas de eficiência energética.

Na Urbanização continuam inscritos os projetos para realização das empreitadas:

- Reabilitação e requalificação do Largo da Feira;
- Arranjo Urbanístico em Amiais;
- Arranjo Urbanístico do Largo do Couto;

- Arranjo Urbanístico do Largo da Silveira;
- Reabilitação e requalificação do Largo de S. Mateus (em concurso);
- Qualificação do Espaço Público - 2.^a fase (concluído);
- Requalificação da frente ribeirinha da Ribeira de Pessegueiro (em concurso);
- Arranjo do largo da Igreja de Silva Escura;
- Arranjo do largo de Pontizela e Lomba e passeios em Nogueira;
- Requalificação do largo do Olho Marinho;
- Arranjo urbanístico na Rua "Os dois Penedos".

Embora esteja assegurado o acesso de pessoas com mobilidade reduzida a todos os equipamentos municipais, bem como a outros serviços públicos da vila, continuar-se-á a solucionar-se as recomendações exaradas no "Plano Local e Municipal de Promoção de Acessibilidades", cujas medidas desse documento estão sempre a ser avaliadas e em revisão ou resolução.

No objetivo “**Saneamento e Salubridade**” prevê-se um investimento no valor de euros 150 005, para execução da empreitada do “Cemitério de Cedrim - Arranjos exteriores” e trabalhos no Cemitério da Vila (Aumento de Sepulturas), bem como, a compra de equipamentos para a recolha de Resíduos sólidos e lavagem.

No objetivo “**Proteção Civil**” encontram-se inscritas rubricas para eventuais compromissos que surjam no próximo ano económico e desde que se consigam reforçar através de uma alteração orçamental. Foi dotada uma verba de euros 30 005, para apoio ao investimento a atribuir aos Bombeiros Voluntários.

Como ação imaterial, dá-se conhecimento que está a ser revisto o Plano Municipal de Emergência com vista a adequa-lo à realidade atual, para ser ajustado ao "Plano de Ordenamento das Barragens de Ribeiradio e Ermida" quanto à zona de ocupação das

barragens e de impacto em caso de acidente, está em desenvolvimento o programa especial das albufeiras de Ribeiradio e Ermida.

No objetivo “**Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público**” prevê-se uma dotação (de despesas correntes e de investimento) no valor de euros 803 755 (com € 435 745 para investimento e € 368 030 para despesas correntes). Este objetivo engloba as seguintes áreas: Água, Turismo, Mercados e feiras, e Áreas de acolhimento empresarial e incubadora.

Mantemos abertas rubricas para encargos relacionados com a captação e elevação de água, com o objetivo de ser vendida à ADRA.

Nesta área há que realçar a intervenção da Adra no reforço das redes de abastecimento de água e tratamento de águas residuais que tem contribuído bastante para a melhoria dos índices de cobertura do concelho, estando a ser ultimado o projeto de abastecimento a Lourizela e Bouças, melhoria do sistema da Senhorinha e a iniciar-se o Saneamento da II fase de Pessegueiro, prevendo-se para breve intervenções em Rocas.

Encontra-se dotada rubrica para a aquisição de equipamento destinado ao tratamento de água nos fontanários, com vista ao cumprimento das normas que obrigam à existência de um ponto de água potável nas populações sem abastecimento público de água.

No Turismo destacam-se os seguintes projetos inscritos e relacionados com esta área de elevada importância para o concelho:

- Zona de fruição ribeirinha de Couto de Baixo (em concurso);
- Via Ciclável do Braçal; Parque de Pesca da Cabreia; Parque Temático – Mirtilândia; Parque de caravanas;
- Praia Fluvial da Quinta do Barco; - Recuperação dos Silos - Espaço Radical e de Apoio aos Caminhantes de Santiago; Reabilitação de Casa junto ao Largo das Eiras;
- A reabilitação do “Apeadeiro da Ponte do Poço de Santiago” e a realização de arranjos no “Espaço de Lazer do Rodo, em Couto de Esteves”.

Na área de Acolhimento Empresarial e Incubadoras Estabelecimentos Industriais, foram inscritas rubricas para a aquisição de equipamentos e a realização de atividade na Área de Acolhimento Empresarial – Vougapark – cuja ocupação está a ser bem-sucedida e para a qual se perspectiva a vinda de mais empresas.

Encontram-se criados dois projetos para reforço e lançamento de duas obras importantes:

- Zona Industrial Padrões - Ampliação Norte
- Zona Industrial de Talhadas - Ampliação

Dentro deste objetivo, também estava incluída a “Fiscalização sanitária”, cuja tarefa era cometida aos Veterinários Municipais, incluindo o trabalho de vacinação, normalmente sob a coordenação da DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

No ano de 2019, aderiu-se à “campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia”, na sequência da candidatura submetida e aprovada pela DGAV.

Durante o ano de 2019, foram vacinados 169 cães e colocados 62 Chip’s. Quanto a esterilizações, no mesmo ano, foram realizadas 11 em cães e 39 em gatas.

No ano de 2020, foi apresentada nova candidatura realizando-se o mesmo serviço.

Para 2021, pretende-se manter a oferta do mesmo serviço à população, bem como, a negociação com os prestadores de serviços de veterinária do concelho, por forma à disponibilização desse serviço através de preços regulados.

Serão reforçadas outras medidas de controlo de animais errantes, diretamente, através dos meios da autarquia ou através de um eventual acordo com a associação Mimos e Tratos, por forma a conseguir-se a recolha e controlo de animais errantes, para proteger pessoas e salvaguardar a saúde pública e também dos próprios animais.

No objetivo “**Comunicações e Transportes**” prevê-se um investimento no valor de euros 1 405 995.

Na Rede viária continua a ser o agrupamento que precisa de muitos recursos, devido às necessidades de melhoria da mobilidade de pessoas e bens e também por ser um fator de dinamização e desenvolvimento local.

A grande aposta do deste executivo está na criação de um Acesso Direto à A25, embora sendo uma obra de grande dimensão cuja execução competirá ao Governo, encontra-se finalmente inscrita no Plano Nacional de Investimentos-PNI, numa área denominada “*Missing Links*”, cujos principais benefícios são: reduzir o tempo de percurso e reduzir a sinistralidade e Aumentar a Competitividade. Esta obra consta também do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência com financiamento garantido e dotação de 45 Milhões de Euros.

Espera-se também repavimentar grande parte das estradas com o piso mais degradado através de uma rubrica do Plano, chamada “Pequenos Troços e Largos V” e ainda de uma candidatura a Contrato Programa, já apresentada à Direção Geral das Autarquias Locais.

Na sinalização e trânsito inscreveu-se o valor de euros 10 000 para nova sinalização a colocar nas vias municipais.

Nos transportes, em parceria com os municípios da região, aderiu-se ao projeto de constituição de um Plano de Transportes para a região, cujo processo teve de ser reformulado, porque no primeiro concurso não houve concorrentes, no qual serão criadas carreiras de ligação entre concelhos e a capital do distrito, bem como, uma rede interna onde se farão os transportes escolares, para o qual foi constituída a autoridade de transportes na CIRA.

Em 2018, os órgãos municipais decidiram constituir o município como uma autoridade de transportes, assumindo essa competência no âmbito do programa Sever In (nas demais carreiras públicas foi transferida essa competência para a CIRA).

Esta autarquia terá de lançar no ano de 2021, o concurso para atribuição das licenças dos circuitos do Sever’In. Nesse processo poder-se-á incluir outras rotas, por exemplo, interfreguesias, por forma a melhorar a mobilidade de todos aqueles que dela necessitam, em especial os idosos.

No objetivo “**Defesa do Meio Ambiente**” prevê-se uma despesa de euros 48 545, dividida em euros 20 020 para despesas correntes, e, euros 28 525 para investimento, onde se destacam euros 25 000 para aquisição de terrenos destinados ao projeto Naturvougá, cujos processos de expropriação estão em curso.

O projeto Naturvouga - Reabilitação das Margens Ribeirinhas, foi concluído em 2020, ficando inscrito para eventual pagamento necessário para o seu encerramento em termos financeiros.

Para o próximo ano apenas se abrem algumas rubricas para o caso de se verificar a necessidade de realização de despesas com a aquisição de equipamentos.

Como forma de preparação para os períodos críticos, manter-se-á em aplicação o conjunto de medidas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, bem como o trabalho prestado pelo Gabinete Florestal na fiscalização, avaliação e notificação dos proprietários que tenham de realizar ações de limpeza das faixas de segurança.

3.2.2. Transferências de Capital

As diversas rubricas para transferências de capital foram dotadas com menos euros 74 805, correspondendo a uma diminuição de 16,6%. A dotação afeta à atribuição de apoios ao investimento ascende a euros 375 230.

A rubrica das Transferência de Capital para as Freguesias terá uma dotação de euros 150 000, esperando-se poder reforçar na primeira revisão, com mais euros 75 000, visto que, nos termos das decisões e alteração ao regulamento, os apoios ao investimento, serão, em princípio, de euros 225 000.

Em relação às transferências de capital (investimento), manter-se-á a vontade de apoiar as freguesias que organizem processos de candidatura, os submetam e executem, tal como, foi feito pela freguesia de Pessegueiro do Vouga, com a remodelação do Centro Social.

Pode-se começar a aceitar propostas para outros investimentos em infraestruturas, desde que fundamentados e com processos ou projetos devidamente elaborados.

A segunda maior verba, no valor de euros 105 000, destina-se às transferências a realizar para as IPSS como já foi referido em Ação Social, existindo também dotada uma rubrica com euros 35 000, para o mesmo fim. Segue-se o valor de euros 30 000 para os diversos projetos organizados na CIRA, por exemplo, para o projeto do CIROA – Centro de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro, para a Modernização Administrativa e

para o funcionamento da Autoridade Regional de Transportes, e, também, uma dotação de euros 30 000, para apoiar aquisições de bens de investimento pelos bombeiros.

Para além dos protocolos em vigor, continuar-se-á a acompanhar as necessidades das IPSS e, dentro das possibilidades financeiras da autarquia, ao reforço da rubrica por onde é classificado o apoio.

Nesse contexto, há a vontade do alargamento dos protocolos à Santa Casa da Misericórdia e reforço para apoio às candidaturas que irão apresentar ao programa PARES, para aumento de instalações e reforço de valências.

Foi aberta uma rubrica no PPI para apoio a conceder, por exemplo, a instituições sem fins lucrativos, para a aquisição de equipamento médico, caso venha a ser solicitado e decidido pela Câmara Municipal o respetivo apoio.

Na proteção civil prevê-se o apoio aos Bombeiros para a aquisição de equipamentos e material de transporte.

Nesta área, destaca-se a Reabilitação total do Posto da GNR, através de protocolo já celebrado com a secretaria de Estado da Administração Interna e cuja obra será lançada pelo município com financiamento assegurado pela SEAI.

A construção do Canil Intermunicipal (CIROA), através da CIRA, engloba três centros de recolha animal estão na fase final de concurso para execução física, onde serão constituídas equipas especializadas na captura e tratamento dos animais errantes. Esses centros serão criados nos municípios de Ovar, Aveiro e Águeda, podendo, mais tarde, o município de Sever do Vouga recorrer aos seus serviços, como os demais municípios da região.

3.2.3. **Ativos financeiros**

No ano de 2020, concluíram-se as entregas de verbas para a constituição do Fundo de Apoio Municipal. Apenas foi aberta uma rubrica para uma eventual participação, que terá de ser autorizada, obrigatoriamente, pelos órgãos municipais.

3.2.4. Passivos financeiros

Efetuiu-se uma redução de euros 45 000 na dotação desta rubrica, destinada ao pagamento das amortizações de empréstimos bancários, os quais na sua totalidade poderão ascender a euros 157 000 (cerca de € 13 000/mês).

3.3. Conclusões

Sabendo-se que as receitas nunca são suficientes para satisfazer todos os nossos desejos e vontades, nem os das freguesias, temos que respeitar todas as regras impostas para o equilíbrio orçamental e da dívida.

O executivo só poderá assumir compromissos se existir dotação para cabimento e fundos disponíveis, os quais terão de ser determinados de acordo com as regras estabelecidas na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de Fevereiro, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e, Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).

Notamos através das opções e exigências dos autarcas que dirigem as freguesias, pedidos que obrigam a reformular os objetivos inicialmente previstos, quer nas opções, como em prioridades, provocando alterações aos objetivos iniciais e aumentando a dificuldade em atingi-los.

Estamos convictos que a maioria dos objetivos serão atingidos, porque se deu prioridade ao que era absolutamente necessário, por um lado, e, por outro, procedeu-se a uma inscrição prudente de projetos; encontrando-se também elaboradas outras candidaturas em vias de serem aprovadas, acreditando nós na possibilidade de obtermos mais recursos através deste mecanismo para a realização de projetos noutras áreas.

Quanto à poupança corrente, como já foi referido, apresenta um valor aceitável e importante, porque resulta da afetação de recursos correntes (de funcionamento) para o investimento.

Voltamos a referir que, num ano assolado por duas vagas da doença epidemiológica provocada pelo vírus SARS -CoV -2 e da doença COVID -19, ter-se-á de adotar medidas extraordinárias por forma a mitigar o seu efeito na população deste concelho, bem como, procurar-se apoiar as instituições e empresas, dentro dos limites e competências

cometidas aos órgãos municipais, o que, certamente, provocará a tomada de decisões extraordinárias, condicionando investimentos e atividades.

Seguidamente, apresentamos os mapas da despesa, com a desagregação pelas duas unidades orgânicas e pelas diversas rubricas da classificação económica, bem como, os demais mapas que constituem este documento.

4. Proposta

Algumas dificuldades com que nos deparámos não podem ser um constrangimento de crescimento municipal, por isso é necessário manter o ritmo de desenvolvimento e a melhoria de qualidade de vida dos munícipes, progredindo sempre em cada setor da vida municipal, lançando mão de todos os meios ao alcance desta entidade, quer se trate do apoio comunitário, quer de contratos-programa, quer ainda do recurso ao crédito, dentro da capacidade de endividamento do município, ou finalmente, do aumento a curto prazo das receitas próprias do município (taxas e tarifas, pelos serviços prestados à comunidade), ou, também, através da racionalização de custos e no planeamento das ações e projetos.

Convém, também, fazer sentir, como se tem feito em anos anteriores, que o Orçamento e as GOP são meros instrumentos de previsão de execução das atividades que se pretendem levar a cabo, de arrecadação de receitas e realização de despesas, no que se tem de imprimir a eficácia desejada, para que não se transformem em instrumentos de estrangulamento da referida atividade, que se pretende expedita, pois é sabido que as receitas só têm a elasticidade que têm.

Dito isto, só nos resta solicitar dos Digníssimos Membros desta Assembleia Municipal que, com vista à concretização das Opções constantes do plano de atividades que ora submetemos à vossa apreciação seja concedida autorização para:

- Dar-se continuidade aos procedimentos tendentes à transferência das novas competências para as freguesias, de acordo com o previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, nos termos do compromisso já previsto neste documento;
- Continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama;
- Cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas,

cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação;

- Continuar a ser concedida despesa fiscal de acordo com o previsto no art.º 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e referente às isenções a conceder nos termos dos regulamentos em vigor, em taxas e outras receitas municipais, até aos seguintes limites:

Área	Limite
Ação social e saúde	2 500,00
Proteção civil, cultura, desporto e tempos livres	6 500,00
Económica	1 000,00
Educação	1 000,00
Urbanismo	14 000,00
Total	25 000,00

- Recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo;
- Considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do PPI aprovado, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas no aludido artigo 22º;
- Nos termos do previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos do previsto no número 1 do artigo 6º da LCPA, prestar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas GOP;
- De igual modo, nos termos das mesmas disposições referidas no ponto anterior, prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas GOP e aqueles que serão celebrados em 2021;
- Autorizar a introdução nas GOP dos ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento

externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das GOP, exceto nas situações admitidas por lei;

- Manter a decisão tomada pela Câmara Municipal para o apoio às instituições de solidariedade social, com vista ao combate ao vírus SARS - CoV - 2 e da doença COVID -19.
- Finalmente, a aprovação das GOP, do Orçamento que lhe dá a necessária cobertura e o Regulamento Municipal para a Execução Orçamental que dará a necessária orientação para a sua execução.

No uso da competência dada através da alínea c), do número 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaboramos os documentos previsionais – Orçamento e GOP – para o ano económico de 2021, com vista a serem apreciados e votados pela Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.

O Órgão Executivo,